



Resenha *MIGRAÇÕES NA ATUALIDADE* – Ano 25 – nº 97 – Novembro 2014

Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – www.csem.org.br

Mulheres migrantes: entre fronteiras físicas e sociais

PORTUGUÊS	3
Necessidades das mulheres migrantes não podem ser "ignoradas"	3
145 mil refugiadas sírias são chefes de família e lutam para sobreviver	3
“Vendem as mulheres nas fronteiras”.....	5
HRW denuncia maus-tratos a empregadas estrangeiras nos Emirados Árabes	8
Grávidas haitianas, ou com filhos pequenos, enfrentam os perigos de uma rota que atravessa a Amazônia para ter filho no Brasil.....	8
ENGLISH	10
UK: Fix Bill to Protect Migrant Domestic Workers	10
A forced bride: 'We survive for each day'	11
Indian Trailing Spouses - In love and out of work.....	13
A Boon for the women of Ecuador	14
For Central America’s migrant women, life can change in a second	16
Braving Dust storms, Women Plant Seeds of Hope	18
ESPAÑOL	19
Callar la violación por miedo a la expulsión: extranjeras y vulnerables.....	19
Trabajadoras Migrantes en Servicio Doméstico, su espacio y sus derechos.....	21
Mujeres Migrantes, atrapadas en una Frontera Imaginaria	22
Migración forzada a EU: más pobreza y discriminación	26
La “suerte” de las refugiadas sirias en Iraq.....	27
Expulsadas de EEUU y separadas de sus hijos por una frontera	28
ITALIANO	30
Storia ed evoluzione dell'Immigrazione femminile.....	30
Il coraggio delle donne migranti.....	32
Immigrazione: cento donne straniere a scuola lingua italiana.....	33
Donne di Mondo: Storie di donne Italiane all'estero	33
Donne e Immigrazione : La Storia di Tanya	34

EDITORIAL

Tradicionalmente as mulheres ocuparam um lugar de invisibilidade nos estudos migratórios, entretanto, nas análises mais recentes, e considerando o contexto atual de globalização, a participação feminina vem ganhando cada vez mais relevância.

Mais do que aos aspectos quantitativos, tendo em vista que as mulheres representam mais da metade da população migrante do mundo, as implicações sociais, as questões de integração e tantos outros aspectos que marcam a vida e vivência das pessoas em diáspora, e que assumem uma especificidade própria no que diz respeito às mulheres, merecem a atenção.

O gênero, juntamente com outras categorias, se estabelece como um *princípio classificatório* que atravessa o movimento migratório e configura as oportunidades para homens e mulheres no decorrer desse processo, ou seja, desde o momento da partida, a escolha de quem vai migrar, os motivos da migração, a permanência ou o retorno ocorrem articulados numa rede de relações que envolvem gênero, parentesco e geração (ASSIS, 2011).

Além disso, tal princípio classificatório afeta também a inserção das mulheres migrantes no mercado de trabalho. Seguindo a divisão sexual do trabalho, geralmente cabe às mulheres aquelas ocupações tipicamente *femininas*, o que se traduz nas atividades relacionadas ao trabalho doméstico, ao trabalho sexual e ao cuidado de crianças e idosos.

Outro aspecto relevante no que diz respeito à participação das mulheres no fenômeno migratório consiste na necessidade de atualizarmos a visão clássica de que as mulheres migram apenas como acompanhantes de seus maridos e filhos. Na atualidade, elas se inserem na migração internacional como trabalhadoras, as quais contribuem ativamente no envio de remessas para o país de origem e para a composição da renda domiciliar. Isso implica em uma redefinição de sua posição nas relações familiares e de gênero, o que significa dizer que as mulheres são sujeitos ativos no processo migratório.

Como exemplo, citamos o caso das imigrantes haitianas que vêm grávidas para o Brasil buscando dar condições mais favoráveis ao bebê que nascerá e deixam seus filhos e companheiros no país de origem. Num outro contexto, as refugiadas sírias que assumem a chefia familiar demonstram o grande desafio que essas mulheres enfrentam para conseguir manter sua dignidade e cuidar de suas famílias em um contexto de refúgio, marcado por conflitos e ameaças de violência ou exploração.

Dessa forma, não podemos perder de vista a dimensão do protagonismo que as mulheres, no geral, e as migrantes em específico têm. Por outro lado, não se pode negar que as vulnerabilidades que recaem sobre a população migrante se tornam mais intensas quando falamos de uma mulher migrante.

No que diz respeito à população migrante em situação de fronteira temos uma série de particularidades no que diz respeito às mulheres que as tornam mais vulneráveis a abusos e violações de direitos do aos homens.

Sabemos que todo imigrante em situação irregular de documentação se torna vulnerável a uma série de violações de direitos, entretanto, no caso de ser uma mulher, isso tende a se intensificar. Nesse sentido, os abusos e casos de violência sexual que podem acontecer, seja no âmbito familiar, seja no mercado de trabalho, geralmente, tendem a ficar ocultos, haja vista o sentimento de vergonha, o temor perante a polícia e o medo da deportação.

Em suma, cabe o argumento de que as mulheres migrantes se deparam com duas fronteiras: uma *física*, que separa o local de origem e o local de destino, a qual elas podem atravessar; e outra *social*, que apesar de se concretizar na vivência cotidiana – por meio da discriminação, violência e abusos – muitas vezes ficam invisíveis e, por isso, se tornam impermeáveis.

Fonte: ASSIS, Gláucia de Oliveira. “De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros”. Florianópolis: Ed. Mulheres; 2011.

PORTUGUÊS

Necessidades das mulheres migrantes não podem ser "ignoradas"

Lusa

Perto de metade dos 230 milhões de migrantes são mulheres, impondo-se, por isso, que as necessidades deste "grupo tão grande e vulnerável" não sejam "ignoradas", apela a Organização Internacional para as Migrações (OIM).

A propósito do Dia Internacional da Mulher, que hoje se assinala, o diretor-geral da OIM, William Lacy Swing, afirmou que é preciso ter em conta as "necessidades específicas" das mulheres migrantes, às quais a comunidade internacional não pode responder com "meras palavras".

A OIM recorda o compromisso internacional de "não deixar ninguém para trás" na fixação da agenda pós-Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujo prazo de concretização termina em 2015, sabendo-se já que os resultados ficaram aquém do estabelecido em 2000, data em que as metas foram fixadas pelas Nações Unidas.

"Devemos colocar todo o nosso esforço para garantir que uma parceria global empenhada em maximizar os benefícios da migração e minimizar os riscos e as violações dos direitos humanos emerja da agenda pós-2015. E nós precisamos ter certeza de que esta parceria funciona para as mulheres", realçou o embaixador William Lacy Swing.

"Urge obter dados específicos para compreender realmente a complexa situação em que se encontram mulheres e meninas migrantes", sustentou, instando o grupo de alto nível criado pelas Nações Unidas para debater a agenda de desenvolvimento pós-2015 a fazer uma "revolução

de dados" e a garantir que se potencie "ao máximo os benefícios" da migração.

"Pelo menos uma pessoa em cada sete da população mundial é migrante", contabiliza a OIM, precisando que perto de metade desse grupo - 111 milhões - são mulheres. "Uma das mais recentes e significativas tendências dos fluxos migratórios tem sido o aumento do número de mulheres em rotas de migração perigosas, antes majoritariamente usadas por homens", assinala a organização intergovernamental.

"Mais e mais mulheres, fugindo de dificuldades, violência, guerra e pobreza, estão agora a correr os mesmos riscos que os homens, em busca de uma vida melhor para si e para os seus filhos. Isto é migração desesperada", considera.

Muitas continuam a viajar ao abrigo da "reunificação familiar", mas é "crescente o número de mulheres que migram por conta própria, em direção a um desconhecido, imprevisível e muitas vezes perigoso futuro", sejam elas "altamente qualificadas" ou "pouco qualificadas", assinala a organização.

Entre os "muitos fatores" que a OIM identifica para um aumento das migrações femininas estão "a discriminação no mercado de trabalho" e "os preconceitos sociais contra as mães solteiras ou viúvas nos países de origem". Mas, acima de todas as razões, surge a pobreza.

Fonte:

<http://www.rtp.pt/noticias/index.php?article=722069&tm=7&layout=121&visual=49> - 08.03.2014

145 mil refugiadas sírias são chefes de família e lutam para sobreviver

Mais de 145 mil famílias de refugiados sírios vivendo no Egito, Líbano, Iraque e Jordânia – ou uma em cada quatro famílias – são chefiadas por mulheres que enfrentam sozinhas a luta pela sobrevivência, revela relatório divulgado hoje pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR).

O número consta do banco de dados ProGress, operado pelo ACNUR para registrar refugiados em todo o mundo. Nos últimos três anos, 2,8 milhões

de sírios já foram registrados como refugiados – sendo que mulheres e crianças representam quase 80% deste total.

Com base em entrevistas realizadas com 135 refugiadas sírias, o relatório "Mulher Sozinha – a Luta pela Sobrevivência das Refugiadas Sírias" (ou "Woman Alone – the Fight for Survival by Syrian Refugee Women") demonstra que essas mulheres batalham diariamente para manter sua dignidade e cuidar de suas famílias em residências degradadas e

superlotadas, e também em abrigos e tendas improvisadas e inseguras. Muitas vivem sob a ameaça de violência ou exploração, e seus filhos enfrentam uma carga crescente de angústia e trauma.

Todas as mulheres entrevistadas para o relatório são chefes de família. As entrevistas foram feitas entre fevereiro e abril deste ano no Egito, no Líbano e na Jordânia (inclusive no campo de refugiados Za'atari). Os nomes mencionados no relatório foram trocados para preservar a identidade das refugiadas entrevistadas.

Forçadas a se responsabilizarem sozinhas por suas famílias após terem seus maridos sequestrados, mortos ou desaparecidos por causa da guerra na Síria, estas mulheres se encontram atualmente em uma espiral de privação, isolamento e ansiedade.

A principal dificuldade relatada pelas refugiadas entrevistadas é a falta de recursos financeiros. A maioria delas luta para pagar aluguel, pôr comida na mesa e comprar itens básicos para suas casas. Muitas já gastaram todas as suas economias – até mesmo vendendo suas alianças de casamento.

Apenas 20% delas têm trabalho fixo. Muitas têm dificuldades para encontrar trabalho, ou já estão tão ocupadas que não têm tempo para trabalhar fora de casa. Outras 20% recebem ajuda de parentes, sendo que algumas contam com a generosidade de terceiros – como mesquitas ou proprietários de imóveis que aceitam ficar sem receber o aluguel. Algumas das entrevistas enviam seus filhos para trabalhar.

Entre as entrevistadas, 25% recebem ajuda em dinheiro do ACNUR e outras agências humanitárias, sendo que dois terços delas são totalmente dependentes desta assistência. Um terço das mulheres entrevistadas diz não ter dinheiro suficiente para comer.

Devido a esta situação, o ACNUR está solicitando uma nova ação urgente por parte dos doadores, dos países que abrigam estas refugiadas e de outras agências humanitárias. "Para centenas de milhares de mulheres, escapar de sua terra natal arruinada pela guerra foi apenas o primeiro passo de uma jornada de enormes dificuldades", afirma o Alto Comissário da ONU para Refugiados, António Guterres. "Elas estão sem dinheiro, enfrentam perigos diários e vêm sendo tratadas como párias pelo simples fato de terem perdido seus homens para uma guerra perversa. Isso é vergonhoso. Elas estão sendo humilhadas por terem perdido tudo", completou o Alto Comissário.

O atual plano de resposta aos refugiados sírios coordenado pelo ACNUR – e que envolve diversas outras agências das Nações Unidas e outras organizações humanitárias – tem um orçamento de aproximadamente US\$ 4,2 bilhões, sendo que apenas 27% deste total foi arrecadado até agora.

"Mulheres sírias refugiadas são o elemento de ligação de uma sociedade destruída pela guerra. Sua força é extraordinária, mas elas estão lutando sozinhas. Suas vozes são um apelo por ajuda e proteção que não podem ser ignoradas", declarou Angelina Jolie, Enviada Especial do ACNUR.

Para estas mulheres, viver no exílio significou tornar-se a principal provedora e protetora dos seus lares, cuidando de si própria e de suas famílias, longe de suas comunidades e das redes de apoio tradicionais. Para a maioria, o fardo é esmagador, e muitas são totalmente dependentes da assistência que vem de fora. 60% das mulheres entrevistadas expressaram sentimentos de insegurança, e uma em cada três estava assustada ou abatida demais para deixar suas casas.

Nuha chegou ao Cairo, no Egito, com seu marido. Mas ele levou um tiro e foi morto enquanto trabalhava. "Eu não quero sair de casa porque sinto tristeza em meu coração," disse ela. "Nós deixamos a morte na Síria para encontra-la à nossa espera aqui no Egito", disse a refugiada, segundo o relatório divulgado hoje pelo ACNUR.

Muitas mulheres reclamaram sofrer agressões verbais regulares feitas por taxistas, motoristas de ônibus, proprietários de imóveis e prestadores de serviços, bem como de vendedores em lojas, mercado, nos transportes públicos e até mesmo em postos de ajuda.

"Uma mulher sozinha no Egito é uma presa para todos os homens," conta Diala, uma refugiada síria que vive em Alexandria, no Egito. Na Jordânia, a refugiada síria Zahwa relata que ela foi assediada até mesmo por refugiados enquanto coletava cupons de distribuição de comida. "Eu estava vivendo com dignidade, mas agora ninguém me respeita porque eu não tenho um homem ao meu lado", afirma Zahwa.

Uma das mulheres entrevistadas contou ter sido estuprada, mas muitas não estão preparadas para discutir violência sexual e de gênero. "Eu nunca recorreria a uma organização para me ajudar com estas questões", disse Noor, que vive no Líbano. "Eu colocaria sal na ferida e ficaria calada, e nunca contaria nada a ninguém", afirmou a refugiada.

A maioria das refugiadas se preocupa também com o impacto da situação atual em seus filhos.

“Eu tenho de me preocupar com as finanças e escola. Tenho que protegê-los, prover e dar amor de mãe ao mesmo tempo. Sinto-me esmagada,” disse Dina, refugiada síria que vive no Egito.

Mais de 150 organizações humanitárias estão provendo serviços ou apoio a refugiadas sírias e suas famílias. A pesquisa encontrou numerosos exemplos de mulheres que tomam iniciativas e apoiam umas às outras, trabalhando para encontrar soluções para a luta diária. O relatório também destaca muitos atos de solidariedade e generosidade por parte dos países e comunidades de acolhida.

O relatório demonstra que esta assistência está aquém do necessário e faz um apelo para que os doadores façam mais para ajudar as refugiadas sírias a reconstruírem suas vidas no exílio e ganharem dinheiro o suficiente para viver.

Com vistos ou outras restrições separando uma em cada cinco mulheres sírias refugiadas de seus maridos ou famílias, o relatório também pede aos governos de acolhida que encontrem soluções para facilitar a reunificação familiar delas. As comunidades que as acolhem também necessitam de apoio massivo. Muitas das dificuldades destas mulheres – e tensões crescentes – refletem preocupações comuns às das comunidades que as acolhem.

Com 2,8 milhões de refugiados e outros milhões de deslocados internos, a Síria se tornou a maior crise de deslocamento forçado do planeta. Desde o início de 2014, mais de 100 mil refugiados sírios têm se registrado nos países vizinhos a cada mês. Espera-se que o número total de refugiados sírios chegue a 3,6 milhões de pessoas ao final deste ano.

Fonte: <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/145-mil-refugiadas-sirias-sao-chefes-de-familia-e-lutam-para-sobreviver/> - 08.07.2014

“Vendem as mulheres nas fronteiras”

As vítimas das máfias que cruzam a África rumo à Espanha sofrem estupros sistemáticos.

Ana Carbajosa

Uma mulher negra, com um vestido curto laranja fluorescente, segura com as mãos o ventre inchado enquanto descansa sentada na sala de embarque do porto de Melilla. Tem cerca de 20 anos e a cara fendida por cicatrizes. Viaja a Málaga e faz parte de um grupo de subsaarianos que acaba de sair do Centro de Estadia Temporária de Imigrantes (CETI) da cidade autônoma espanhola encravada no norte da África. Hoje é o grande dia, o do salto para a península Ibérica, com o qual os subsaarianos sonham desde o momento em que abandonam sua terra. A mulher, entretanto, não parece feliz. É parca em palavras.

Reticente, conta que é nigeriana, que está grávida de quatro meses e que passou os últimos três no centro de triagem. Antes, viveu a duras penas nas matas que rodeiam a cidade marroquina de Nador, onde engravidou. Não há espaço para mais detalhes. Seu vigilante, também nigeriano, apresenta-se com cara de poucos amigos e dá a conversa por encerrada. Ele controla seus movimentos. E ela, segundo as suspeitas da polícia e das organizações que trabalham com mulheres subsaarianas, é mais uma vítima das redes de tráfico humano que forçam essas migrantes a se prostituírem durante sua infernal

travessia pelo norte da África e durante longos anos em solo europeu.

Saltar cercas pontiagudas é talvez a forma mais conhecida pela qual se entra na Península, mas não é a maneira escolhida pela maior parte das mulheres. Elas, salvo raras exceções, chegam ao território espanhol em balsas improvisadas ou escondidas em carros que atravessam os postos de fronteira. A chegada dessas subsaarianas, obscurecida pelo ruído midiático da cerca, esconde transações de redes criminosas transnacionais que compram e vendem mulheres que são abusadas e forçadas a exercer a prostituição. A Espanha é um dos destinos finais dessas escravas sexuais, cujo trânsito até a Península está bem documentado.

As rotas que as redes mafiosas traçam são conhecidas. Também são conhecidos a localização dos acampamentos marroquinos onde elas esperam para cruzar a Europa e os polígonos industriais espanhóis nos quais as mulheres se prostituem à força. A grande interrogação é como é possível que, com tal grau de conhecimento, não se possa proteger essas mulheres de agressões e delitos tão previsíveis. Para alguns especialistas, parte do problema decorre de entraves jurídicos relativos às fronteiras nacionais, que não se prestam a conter fenômenos transnacionais como o tráfico de pessoas.

Numa investigação de campo, as evidências são abundantes. Os dados estão aí para quem quiser ouvi-los. John – nome fictício –, um nigeriano de vinte e poucos anos, oferece informação detalhada às portas do centro de imigrantes de Melilla, aonde chegou recentemente, mais de um mês depois de pular a cerca. Antes, passou dois anos em Maghnia (Argélia), trabalhando para os chefes das redes de tráfico de pessoas, até juntar dinheiro para pagar o pedágio cobrado para cruzar a fronteira da Argélia com o Marrocos. “Os homens mentem às mulheres”, diz. “Dizem a elas que é fácil chegar à Europa e que lá elas encontrarão trabalho. Que irão para o Níger e dali à Espanha de avião. Mas no Níger dizem que elas terão de ir primeiro até a Argélia. Nesse ponto, as mulheres já não têm dinheiro e não têm mais opção senão segui-los.” E prossegue: “As mulheres são vendidas nas fronteiras. Os chefes nigerianos escolhem aquelas de que mais gostam. Pelo caminho, as engravidam.” John conta que na travessia há mulheres de diferentes idades. Desde adolescentes até com cerca de 30 anos. Diz também que algumas se arrependem, mas não têm como voltar. E que outras ainda guardam a esperança de uma vida melhor na Europa. “Qualquer mulher que vier aqui sofreu abusos”, assegura. “Elas não lhe dirão isso, mas esse é o sistema.”

Antes de chegar a Melilla ou à costa andaluza, as mulheres passam meses vivendo com dificuldades em Oujda (localidade marroquina fronteiriça com a Argélia) ou nas matas de Nador, a 90 quilômetros de Melilla. A polícia marroquina conhece a existência dos acampamentos de subsaarianos e patrulha ao redor para dissuadir os curiosos de entrarem. Uma pessoa que frequenta o lugar habitualmente explica que os traficantes se dividem em dois grandes grupos, os francófonos – do Mali, Congo e Camarões – e os anglófonos – da Nigéria –, mas afirma que “em todos eles a máfia opera, e em todos há tráfico humano”. “Pelas manhãs, enviam [as mulheres] para mendigarem”, relata. “Os estupros sistemáticos se dão sobretudo por parte dos anglófonos. Cada uma depende de um só homem, mas muitos outros as utilizam. Primeiro o chefe as estupra, e depois o resto. Estão a serviço dele. O objetivo é que engravidem, porque assim têm mais possibilidades de ficarem na Espanha.” As crianças são seu passaporte. E conclui: “Se a situação dos imigrantes homens é terrível, a das mulheres é cem vezes pior. Isto é uma autêntica tragédia humanitária.”

A sala de espera da Península são os acampamentos na mata: lugares hostis, gelados

no inverno e abrasadores no verão, onde a sarna salta com facilidade de uma pele para outra. A camaronesa Chantal – nome fictício – mora há sete meses num desses acampamentos, chamado Bolingo, junto com seus filhos e dezenas de outros subsaarianos. A conversa com ela acontece num lugar seguro, em Nador. “Dormimos no chão, sobre um plástico”, relata. “A vida não é fácil. A polícia vem a todo momento. Em uma blitz, levaram-me para Rabat, e depois voltei. No acampamento há muitas mulheres grávidas e crianças.” Essa ex-garçonete explica que vai sobrevivendo com o que ganha mendigando na rua e com a água que “os árabes” lhe dão. Que não há comida todos os dias, mas o pouco que consegue guarda para os filhos, de seis e quatro anos, que hoje a acompanham. Estão há mais de um ano sem irem à escola.

“Não posso recomendar a ninguém que passe por este sofrimento. O sonho da minha vida é que meus filhos comam, durmam e vão à escola. Que tenham as oportunidades que eu não tive. O que me salva é a esperança de pensar que algum dia conseguirei isso.” Chantal espera agora a sua oportunidade de cruzar o estreito de Gibraltar em um bote inflável. Diz que a presença de máfias e os abusos nos campos é um segredo de polichinelo, mas assegura não ter nada a ver com tudo isso. “Falamos de estupros. O problema é que há mulheres que não respeitam a si mesmas, e por isso não são respeitadas, mas eu não vi nada.”

Como Chantal, várias mulheres em trânsito a partir da África respondem com evasivas e visivelmente atemorizadas quando perguntadas sobre detalhes do caminho ou sobre casos de estupro, gravidez e abortos clandestinos nos acampamentos. Mudam de cara e dão meia-volta. “Eu não sei de nada”, é uma despedida que se escuta com frequência. As organizações que trabalham com subsaarianas afirmam, entretanto, que é praticamente impossível que uma mulher chegue ao norte do Marrocos sozinha, de costas para as máfias. As que chegam em balsas a Melilla ou que penetram camufladas pela fronteira acabam no centro de imigrantes.

Carlos Montero é o diretor do CETI. É também uma pessoa próxima, que conhece bem os que passam pelo centro, no qual os imigrantes se amontoam. Agora há 1.480 pessoas. “Muitas das subsaarianas que passam por aqui sofreram abusos ou são escravas sexuais dos chefes mafiosos”, explica. “Cerca de 99,9% das nigerianas que vêm do Marrocos são exploradas sexualmente.” Só em 2013, 59 mulheres foram transferidas do CETI para a Península por violência de gênero ou tráfico.

Os indícios da exploração sexual se acumulam nos recônditos do centro de imigração. É frequente, por exemplo, que na hora em que uma mulher é chamada pelo alto-falante para que vá ao escritório, o homem que a vigia se apresente para ver o que acontece. E então há os abortos. As mulheres tentam escondê-los, mas certas vezes, quando há hemorragias, acabam inevitavelmente na enfermaria. Se são detectados indícios como esses, que costumam corresponder a casos de escravidão sexual, a direção do CETI alerta as ONGs que recebem as mulheres quando desembarcam na Península e que as alojam em apartamentos provisórios.

Um dos problemas é que muitas subsaarianas chegam de bote diretamente às costas da Andaluzia, sem passar por um centro de imigração. Outro, mais relevante, é a incapacidade das organizações receptoras de agir. Em questão de dias, as recém-chegadas à Península desaparecem do radar das ONG e dos serviços sociais. Logo depois de chegar aos apartamentos de acolhida, um homem vai buscá-las e não são vistas nunca mais. Tornam-se invisíveis. Já nas mãos da sucursal mafiosa espanhola, a mulher se prostitui à força durante anos, sob a estreita vigilância de seus captores, para pagar a dívida contraída no caminho: em torno de 50.000 euros, segundo calculam as pessoas próximas às vítimas. A rede espanhola contra o tráfico de pessoas estima que entre 40.000 e 50.000 mulheres sejam exploradas sexualmente na Espanha.

A situação se agravou nos últimos anos com a chegada cada mais vez numerosa de menores, segundo informa Rocío Nieto, presidenta da Apramp, uma associação que oferece apartamentos protegidos às vítimas que atende. “São crianças e adolescentes”, explica. “No ano passado passaram 20 menores por nosso apartamento.” Ramón Esteso, responsável por inclusão social da Médicos do Mundo, uma ONG que presta assistência sanitária a prostitutas subsaarianas na Espanha, garante que “as que chegam a Almería ou Granada cedo ou tarde serão vítimas de prostituição forçada”. Explica também que muitas mulheres dizem que são de outra nacionalidade, mas na verdade são nigerianas. “E as que vêm de outros países africanos, ainda que saiam de seus países livremente, têm uma probabilidade altíssima de serem cooptadas pela rede no caminho”, acrescenta. “Alguma coisa está falhando. Precisamos de ferramentas jurídicas para dar proteção a essas mulheres.”

Organizações como a Comissão de Ajuda ao Refugiado de Euskadi, que recentemente visitou

Melilla, pedem que se considere o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual como motivo de asilo, sem que seja preciso fazer uma denúncia. Sua diretora, Patricia Bárcena, entende que, apesar de não serem pessoas perseguidas pelo Estado ou condenadas no próprio país de origem por conduta criminosa, são pessoas em perigo que necessitam de proteção internacional, em parte porque enfrentariam riscos ainda maiores se fossem devolvidas a seus países. Lamenta, além disso, que dos 40 pedidos de asilo de mulheres vítimas de tráfico que tramitaram nos serviços jurídicos da CEAR entre 2009 e 2013 – até 29 delas da Nigéria – nenhum tenha sido aprovado. “As autoridades espanholas executam com frequência expulsões de cidadãs nigerianas a seu país de maneira não segura, considerando que não são vítimas de tráfico, apesar da existência de indícios”, destaca a Women’s Link Worldwide em um relatório detalhado sobre o assunto.

Mesmo assim, Bárcena reconhece que o asilo em si não basta e que são necessárias medidas de proteção adicionais. Esteban Velázquez, responsável pela Delegação de Migrações do Arcebispado de Tanger e conhecedor da situação em Nador e Melilla, pede a presença internacional nas fronteiras. Em sua opinião, as leis e medidas nacionais não bastam. “Esta e outras vulnerabilidades sistemáticas dos direitos humanos na fronteira sul da Europa exigem observadores internacionais permanentes. Não é possível que a União Europeia dê dinheiro apenas para aumentar a segurança e não se preocupe com as violações dos direitos humanos.”

Atualmente, a essas mulheres é aplicado na Espanha o artigo 59 bis da lei de estrangeiros – segundo o qual se denunciarem seus captores e colaborarem com a polícia para desarticular as redes, obterão proteção. O problema é que as mulheres do caminho calam, não denunciam. Nem tanto pela presença física de seus vigilantes, mas, sobretudo, pelo cárcere mental no qual vivem. Quem extorque as ameaça de matar sua família se fugiram e elas viajam submetidas a feitiçaria e rituais de vodu que as aterrorizam. “O medo impede que a grande maioria delas dê o passo. São túmulos”, reconhece José Nieto, chefe do centro de inteligência da Unidade Contra Redes de Imigração Ilegal e Falsificação de Documentos (UCRIF) da Polícia Nacional. Explica que a polícia oferece às subsaarianas o 59 bis porque “o modus operandi com o qual chegam essas mulheres supõe a existência de indícios de tráfico. Se ainda não são vítimas, seguramente serão”. Sem uma denúncia e com as leis atuais, é difícil que se

possa oferecer proteção a essas mulheres. "Se não colaboram, podem passar anos fora do radar."

O policial sustenta que houve progressos importantes em termos penais e explica que agora há um novo plano nacional contra o tráfico, mas também fica surpreso diante da passividade dos cidadãos em relação ao tema. "Estamos diante de um delito socialmente permitido. Eu gostaria que

quando as pessoas fossem a uma boate tomar um drinque, pelo menos avertissem a possibilidade de que a mulher com quem estão conversando não está ali porque quer; que a escravidão existe em nosso país no século XXI."

Fonte: http://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/18/sociedad/1405701091_973867.html - 21.07.2014

HRW denuncia maus-tratos a empregadas estrangeiras nos Emirados Árabes

Os trabalhadores domésticos que emigram para os Emirados Árabes Unidos (EAU) sofrem maus-tratos físicos, exploração e são submetidos a trabalhos forçados com a passividade do governo do país, que não protege adequadamente seus direitos, denunciou nesta quarta-feira a organização Human Rights Watch (HRW) em um ato em Manila. Em seu relatório "Já te comprei", HRW explica que o sistema de vistos dos EAU, conhecido como kalafa, não permite que quem se muda para o país para trabalhar, a maioria mulheres vindas da Ásia e da África, mudem de empregador mesmo que sejam maltratadas ou submetidas a condições de trabalho abusivas. "O sistema de vistos dos EAU prende o trabalhador doméstico a seus empregadores e os deixa isolados e sob risco de sofrer abusos para dentro das portas das casas privadas", afirmou no documento o especialista em direitos humanos de mulheres no Oriente Médio da HRW, Rothna Begum. Calcula-se que haja pelo menos 146 mil mulheres de países como Filipinas, Indonésia, Índia, Bangladesh, Sri Lanka, Nepal e Etiópia trabalhando em lares nos Emirados Árabes Unidos. As 99 empregadas domésticas entrevistadas pela HRW denunciaram, entre outros abusos, não receber salários, não contar com períodos de descanso, ficarem confinadas no domicílio do empregador, jornadas de trabalho de até 21 horas, falta de alimentos e abusos psicológicos, físicos e sexuais. "Meu chefe começou a me bater após duas semanas em sua casa. Dava murros no peito, me arranhava o pescoço e me esbofeteava. Às vezes até me arrancava mechas de cabelo", disse à HRW uma das vítimas do abuso que, além disso, diz nunca

ter recebido um salário em troca de seu trabalho. Em junho as autoridades dos Emirados Árabes revisaram os contratos para trabalhadores domésticos, que agora deve incluir um dia livre por semana e 8 horas de intervalo a cada 24 horas. No entanto, os empregados domésticos continuam sem contar com a proteção da lei no mesmo nível que o resto dos trabalhadores dos Emirados Árabes Unidos, e enfrentam um complicado sistema legal se decidem denunciar seus empregadores. "Muitos trabalhadores domésticos que decidem fugir dos abusos batem em um muro que não podem contornar", explicou a representante da HRW. "Podem inclusive ser julgados por terem foragido, enquanto os abusadores têm pouco que temer", acrescentou Begum. Em muitos casos, as vítimas de abusos denunciam que as próprias agências de trabalho que administraram a contratação também não as apoiam quando decidem buscar ajuda, e que em alguns casos também as mantêm em cativeiro, batem ou privam de alimentos. A Human Rights Watch exige que os EAU, que em junho passaram a fazer parte do órgão executivo da Organização Internacional do Trabalho (OIT), melhorem seu sistema de vistos para as trabalhadoras domésticas, e as permitam trocar de empregador livremente. "Agora que fazem parte do órgão executivo da OIT, os Emirados Árabes Unidos devem fazer dos direitos trabalhistas uma realidade em seu país também para os trabalhadores domésticos imigrantes", sentenciou a HRW.

Fonte: <http://noticias.r7.com/internacional/hrw-denuncia-maus-tratos-a-empregadas-estrangeiras-nos-emirados-arabes-23102014> - 23.10.2014

Grávidas haitianas, ou com filhos pequenos, enfrentam os perigos de uma rota que atravessa a Amazônia para ter filho no Brasil

Fim de tarde na Chácara Aliança, em Rio Branco, capital do Acre. A paisagem bucólica fica imersa

em um som quase ensurdecedor: centenas de cigarras cantam alto enquanto o sol some entre as

árvores. Algumas crianças brincam no gramado e nas gangorras do parquinho. Outras têm que entrar, porque as mães começam a chamar para o banho. O local, com ampla área verde e construções labirínticas, repletas de cômodos transformados em quartos improvisados, costumava ser alugado para eventos, mas agora abriga temporariamente imigrantes que vêm ao país em busca de vida nova. Eveline, Néricia, Minusca... Elas são poucas, menos de 20% dos cerca de 900 haitianos que chegam por mês, mas fazem parte de um grupo que cresce a cada dia, em busca, principalmente, de um futuro melhor para os filhos, mesmo que eles ainda estejam na barriga. Nos últimos cinco meses, 26 grávidas passaram por lá, fugindo da miséria, numa travessia longa e perigosa. Que mãe não faria o mesmo?

Na prática, apenas dez horas de voo separam Porto Príncipe, a capital do Haiti, de Brasília (DF). No entanto, sem visto para entrar no Brasil, as haitianas precisam se submeter a rotas dignas de filme de suspense. Levam de sete a 12 dias de travessia pela floresta amazônica, escoltadas por coiotes que chegam a cobrar US\$ 4 mil para levá-las até o táxi que cruzará a fronteira com o Brasil. Segundo o Ministério da Justiça, 25.627 homens e mulheres haitianos entraram no país de janeiro de 2012 a abril deste ano. Estima-se que mais de 20 mil tenham vindo ilegalmente.

As primeiras levas desses imigrantes eram de homens que buscavam emprego. Agora, é crescente o número de mulheres que vêm encontrar os maridos. Ou de grávidas que deixam seus filhos e companheiros no Haiti para dar condições mais favoráveis ao bebê que nascerá. Elas vêm sozinhas, com uma barriga de seis, sete meses, pouco dinheiro, muito medo, mas também muita esperança. Veem no Brasil um mundo de possibilidades: trabalho, educação, saúde e moradia. Itens básicos, mas raros no Haiti desde o terremoto que o destruiu em 2010. Os haitianos que se mudam para cá têm assegurados todos esses direitos sociais. Mas não podem ocupar cargos públicos nem votar. No entanto, se o bebê nasce aqui, ele terá os mesmos direitos que os demais cidadãos brasileiros, explica Camila Asano, da ONG Conectas. É por esse motivo, e pelo fato de pagar aos coiotes apenas a travessia de uma pessoa (além da praticidade de viajar sem uma criança de colo), que as gestantes se arriscam tanto.

Esse foi o caso da cabeleireira Eveline Louis Charles, 26 anos. Ela chegou sozinha ao Acre, no sétimo mês de gestação, e foi acolhida no abrigo

mantido pelo governo do estado. Na chácara, os imigrantes são divididos por sexo e dormem em colchões espalhados pelo chão. As gestantes recebem os melhores aposentos: geralmente suítes com cama e ar-condicionado antigo, mas que ajuda no alívio de um calor que, mesmo no inverno, não costuma ser menor que 24°C.

Foi em uma das noites quentes de julho, após o habitual canto das cigarras, que Eveline começou a sentir as dores do parto. Sem familiares, acabou sendo acalmada pelas amigas que conheceu ali. Foi uma madrugada de contrações e gemidos. Não havia nenhum funcionário para chamar, nem número de telefone para quem ligar. Ao amanhecer, Eveline não tinha mais forças. Mas seu filho tinha pressa. “Quando olhei, vi a cabecinha, o bebê já estava coroadinho”, lembra, emocionada, Francisca Brota, encarregada da limpeza do abrigo, a primeira a chegar naquele dia. Ela acabou fazendo o parto. “Ele era lindo. Eu limpei, entreguei para a mãe e liguei para a ambulância.”

A equipe médica veio em seguida e levou os dois para a maternidade, onde cortaram o cordão umbilical e fizeram os exames necessários. A dupla estava bem e logo teve alta. O menino recebeu o nome de Djeson. “Ele é a coisa mais importante da minha vida.” Infelizmente, ela conta, o marido ainda não viu o filho, pois continua no Haiti, onde trabalha como eletricitista. “Não sei quando ele vem, porque precisa juntar dinheiro.”

O destino incerto não é um problema para quem viu seu país afundar com o terremoto que matou mais de 200 mil pessoas e deixou cerca de 2 milhões sem casa, segundo a ONU. A economia, que já era fraca, ficou estagnada. O Haiti é a nação com o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Américas: a expectativa de vida é de apenas 54 anos e a população estuda, em média, menos de cinco anos. Não bastasse isso, estima-se que 38% dos habitantes não têm acesso a água e saneamento e, diariamente, cerca de 30 pessoas são infectadas com cólera. Diante desse cenário, o “quase vizinho” Brasil e seu posto de sétima maior economia do mundo, parecem promissores para quem decide recomeçar do zero. Do Haiti para o Brasil

Os haitianos têm a possibilidade de pleitear na Embaixada do Brasil no Haiti o visto humanitário para viver legalmente no país. Desde 2012, foram concedidas quase 9 mil autorizações desse tipo, mas a demanda é bem maior. Por esse motivo, quem não consegue o documento arrisca a vida cruzando a América do Sul com coiotes. O trajeto é quase sempre o mesmo: eles saem do Haiti em um

voo comercial comum, com duração de quatro horas, em direção ao Equador. De lá, pegam um ônibus até o Peru, em um trajeto de um dia e uma noite. Outro ônibus cruza o Peru por quase uma semana, passando pela capital Lima, a cidade turística Cuzco e pequenos povoados no meio da floresta amazônica, até chegar próximo ao Acre. O último passo é atravessar a fronteira de táxi, por US\$ 20, e finalmente pisar no Brasil, nas pequenas cidades de Brasileia ou Epitaciolândia.

Depois de viajar pela Amazônia, cruzar a fronteira e regularizar a situação no Brasil, os haitianos podem, finalmente, viajar até onde pretendem viver

e trabalhar. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as regiões que mais contratam essa mão de obra são o Sudeste e o Sul. Os três estados da região Sul foram responsáveis por 63% do total de haitianos empregados no Brasil em 2013, de acordo com o ministério. Para evitar situações análogas à escravidão, o órgão informou que são realizadas inspeções periódicas nos locais de trabalho.

Fonte:

http://olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?noticia=Gravidas_haitianas_ou_com_filhos_pequenos_enfrentam_os_perigos_de_uma_rota_que_atravesa_a_Amazonia_para_ter_filho_no_Brasil&edt=32&id=381896 - 31.10.2014

ENGLISH

UK: Fix Bill to Protect Migrant Domestic Workers

Allow Employees to Change Employer to Escape Abuse

The United Kingdom House of Lords should amend a draft law on “modern slavery” to include protections from abuse for migrant domestic workers, Human Rights Watch said today. The upper chamber of the UK parliament is scheduled to begin its review of the bill on November 17, 2014.

The Modern Slavery Bill aims to tackle forced labor, but despite recommendations from three parliamentary reviews it does not address a visa system that effectively ties migrant domestic workers to their employers and contributes to their abuse. Human Rights Watch research shows that many domestic workers face high levels of abuse, including forced labor, while working in the UK.

“The House of Lords should end a visa system that facilitates forced labor on UK soil,” said Izza Leghtas, Western Europe researcher at Human Rights Watch. “Despite its good intentions, this bill excludes desperately needed protection for a group of extremely vulnerable workers.”

The government removed migrant domestic workers’ right to change employers in April 2012 as part of a broader effort to limit immigration. If workers leave their employer, they lose the right to be in the UK. Since the change, research by Human Rights Watch and the charity Kalayaan has revealed that the tied visas have led to serious abuse against these workers. Many said they were under pressure to provide for their family back home and were afraid of contacting the authorities

once they escaped, for fear of being removed from the UK.

Women interviewed by Human Rights Watch said employers had confiscated the women’s passports, forced them to work for up to 18 hours a day with no breaks and no day off, locked them in the home, and not paid them or given them enough food. Most had accompanied employers from the Gulf to clean, cook, and look after their children in the UK.

Human Rights Watch research found that measures in place in the UK to prevent abuse are inadequate. While the UK government requires employers and employees before they arrive to sign written terms and conditions of employment including a salary at or above the UK minimum wage, there is no mechanism to ensure compliance.

Domestic workers must have worked for their employer for at least a year before coming to the UK, but many workers Human Rights Watch interviewed said that their employer had abused them before they arrived and that they faced the same or worse abuse in the UK. They also said they had not known their rights in the UK when they arrived.

In a report published in April 2014, a parliamentary committee tasked with reviewing the first draft of the Modern Slavery Bill found that “tying migrant domestic workers to their employer institutionalizes their abuse,” and urged the government to restore the right of migrant domestic workers to change

employers. But the government did not address the visa system in its draft bill and has refused to restore their right to change employers. A review panel led by Member of Parliament Frank Field had also, in December 2013, recommended the restoration of domestic workers' right to change employers.

In November 2014, parliament's Joint Committee on Human Rights (JCHR) said it regarded the removal of the right to change employers "as a backward step in the protection of migrant domestic workers, particularly as the pre-2012 regime had been cited internationally as good practice." The JCHR recommended an amendment to the Modern Slavery Bill to reinstate the pre-2012 protections for migrant domestic workers by reversing the visa changes.

Domestic workers Human Rights Watch interviewed in London in October 2014 confirmed the pattern of abuse Human Rights Watch found in its earlier research, and the fear of the police once they escaped from their employer.

Jane E., a domestic worker from the Philippines whose name was changed, as were others, for their protection, told Human Rights Watch she had been abused while working for her Qatari employer on a tied visa in the UK. She said she worked 17 hours a day, seven days per week, with no breaks or time off, and was not allowed out alone. Her employer sent her salary of less than US\$200 a month directly to her family in the Philippines. "[My employer] hit me, pulled my clothes, swore at me, almost every day," Jane E. said. "It was the same [as in Qatar]."

A forced bride: 'We survive for each day'

Kachin women who venture into China for work are vulnerable to falling prey to abductors looking for marriage.

Nina Wegner

When Lamung Bawk Din, 26, jumped out of her husband's second-storey window, she had only one thought in her mind: "If I stay here any longer, I will go crazy."

This happened in 2008, and Bawk Din was 19 years old. As an ethnic Kachin woman from northern Shan State, one of several conflict zones in Myanmar, Bawk Din had already lived through war, conflict, and ethnic persecution at home. With only a primary school education, a sick mother and numerous younger siblings to look after, Bawk Din did what many Shan and Kachin girls do: She crossed illegally into China to find work.

After she escaped, with no money and no passport, she said she stayed with acquaintances and didn't go out for three months for fear of being found by the police.

Delia S., also from the Philippines, said she came to the UK with her employers from a Gulf country on a tied visa. She said her employers paid her US\$650 per month in the Gulf and that before they came to the UK, they paid two months in advance at that rate. That was considerably less than the US\$350 a week promised on the visa application. She said she worked from 7 a.m. to 11 p.m., six days a week, as she did in the Gulf.

"I asked for £20 [US\$30] per week for food," she said. "They laughed and said that's too much. I stole from the fridge, like a thief. I was ashamed because for the first time in my life I stole food." Delia S. ran away without her passport, which her employer kept from her, including while they went through the UK border.

Passport confiscation is an indicator of forced labor and trafficking, and border officials should ensure that domestic workers, not their employers, hold their passports as they enter the UK. "I'm afraid because maybe the police will catch me. I have no papers to show," Delia S. said.

"The tied visa means that even those who do manage to escape abuse are unlikely to come forward, allowing abusive employers to act with impunity," Leghtas said. "By amending the Modern Slavery Bill, the House of Lords can help give abused workers the confidence to go to the police."

Fonte: <http://www.hrw.org/news/2014/11/17/uk-fix-bill-protect-migrant-domestic-workers> - 17.11.2014

That's when her life, already plagued with troubles, took a turn for the worse.

After working for three months at a sugar plantation in Jinghong on the Myanmar-China border earning \$8 a day, Bawk Din was lured by an acquaintance to travel further into China for a better job. Bawk Din took the bait. She did not know she was to become a forced bride and virtual prisoner to a man she had never met.

According to the Kachin Women's Association of Thailand (KWAT), the vast majority of trafficking cases on the Myanmar-China border involve

migrant workers who cross illegally into China due to extreme poverty or displacement from conflict.

Kachin and Shan women are especially easy targets for traffickers, said Awn Nang, anti-trafficking programme coordinator for KWAT, because many "do not speak Chinese, do not have border passports or identification, and are quick to trust others".

Such was the case with Bawk Din and five other women who journeyed for three days by train to Beijing. Once there, the women were split up - Bawk Din never saw them again. Her escort brought her to his family, where she discovered she was to wed his younger brother.

"When I told the family that I wanted to go home, they said 'no, we already paid for you,'" Bawk Din told Al Jazeera. The family had paid about \$6,500 to her trafficker in Jinghong, and their plans for her included producing children.

Gender imbalance in China

The 2013 US State Department Trafficking in Persons (TIP) report stated that the demand for such brides is growing in China, where the one child policy and a cultural preference for male children has created a significant gender imbalance. According to the report, the ratio of male to female births is 118 to 100. The Chinese Academy of Social Science estimates that by the year 2020, men of marriageable age will outnumber women by 24 million.

This need for marriageable women is exacerbated by rapid development within China, said Paul Buckley of the United Nations Action for Cooperation against Trafficking in Persons.

"It's not just about the gender imbalance, but it's also related to increasing migration in China... A lot of women are leaving villages and going to work in industrial centres," Buckley told Al Jazeera. In a country with a strong cultural imperative to have children, men in rural communities are left with fewer potential partners, and families have begun to look for alternative means for marriage.

A 2008 KWAT report documenting 163 trafficking cases, found that most forced brides were married to farmers. Some women reported being shown to many men, sometimes in marketplaces, before being chosen. However, the issue is not strictly a rural one, and a few women, like Bawk Din, were taken to larger cities like Beijing.

Five days after Bawk Din arrived at the house in Beijing, she was forced to participate in a wedding

ceremony. From then on, she was placed under virtual house arrest.

"They locked me inside the compound because they knew I was from Myanmar and they worried that I would run away," she said. "I never had a chance to go outside, and I only ate what they gave me."

Eventually, Bawk Din was allowed to call her mother, who was shocked to find her daughter had been abducted and married to a man in China.

"My mother was looking for me but ... China is very big," said Bawk Din. "She didn't have the money to pay for the transportation to look for me."

Cultural stigmatism

With possessions, homes, land, and livelihoods seized or destroyed in conflict, few Kachin and Shan families have the resources to locate missing family members. Additionally, there is little recourse against the cultural stigmatism that follows if a trafficking victim does manage to return home.

"Survivors often face discrimination after they return to their communities," Awn Nang told Al Jazeera. "Some parents won't allow marriages to trafficking survivors, and most survivors don't get the same livelihood opportunities."

After nearly a year of being held captive, Bawk Din secreted away about \$162, enough to travel to the Myanmar border. One morning, she ripped out the screen from her second-storey window and jumped over the compound fence. She fled to a train station, where police detained her because she did not have identification. Fearing she might be returned to Chang Saan if she told them she was married, she said she had come to China to work. The police wrote a recommendation for her return to Myanmar.

Bawk Din arrived home on the day after Christmas, a meaningful day for the Kachin, who are predominantly Christian. Neighbours and friends thought she had come home for the holiday, not realising she had just escaped from a forced marriage. Bawk Din did not correct them for fear of being ostracised.

Eventually, word spread that Bawk Din had been trafficked, and she decided to be open about her experiences. She was lucky enough to fall in love with a Kachin man who did not reject her for her past - but his mother did.

"When my husband and I visit my mother-in-law, she doesn't talk to me," Bawk Din said. "The only thing she talks about is how we will divorce."

For many trafficking victims, hiding the past is their only defence against ostracism. Consequently, very few trafficking cases are reported, and the Kachin Independence Organisation (KIO), the proclaimed government of Kachin State, struggles to enforce anti-trafficking policies.

"We cannot assess every trafficked person. Only when citizens contact aid organisations do we know that trafficking has occurred," said Labang Doi Pisa, chairman of the KIO-run IDP and Refugee Relief Committee.

Renewed conflict in Myanmar

Other recent factors aggravate the situation. Since June 2011, renewed conflict between the Myanmar military and the Kachin Independence Army has

created more than 100,000 internally displaced persons (IDPs) in Kachin and Shan states. As homes and livelihoods are destroyed, many cross into China for refuge or work, and some never come back, said Labang.

As for Bawk Din, life is still full of challenges. She, too, has been displaced by the renewed conflict. She now lives in an IDP camp in Shan State, and without skills or capital, she earns money by collecting jungle vegetables to sell at the market. But she is happy to be with a husband of her choice. "We fell in love," she said. "Today we are okay. But we are poor. And we survive for each day, every day."

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2716-a-forced-bride-we-survive-for-each-day> - 09.08.2014

Indian Trailing Spouses - In love and out of work

They are educated, qualified and experienced. But many trailing spouses from India find it difficult embarking on a new work life in Switzerland.

By Keerthana Nagarajan

Sharanya's day begins with preparing breakfast and lunch for her husband. Once he's left for work, she divides the rest of her morning between keeping her three-year-old engaged with activities and other household chores like laundry and cleaning. After lunch, she skypes with her parents and in-laws, before heading for a stroll with her daughter to the park.

"I browse, read, paint and hunt for jobs online when she naps. But this has pretty much been my routine for three years now. I like this role of being a wife and mother, but I miss my work life," she says. Sharanya holds a Master's degree in organic chemistry. She worked for four years as a research associate in India for AstraZeneca, a multinational pharmaceutical company.

"Life in India as a working woman was very different. I was busy with lab work, research and report writing and meetings the whole day."

Sharanya gave up her job in India to move to Switzerland with her husband soon after they got married. With her academic qualification and work experience she was positive she'd find a job. "I applied for many positions in pharmaceutical and life sciences companies. I received very few replies. Several positions required fluency in written and spoken German and I was turned down because of the lack of the same." She has now begun learning the language.

Spouse support

Currently there are nearly 12,000 Indians living in Switzerland. Those relocating to Switzerland for limited contracts of a few months often leave their spouses behind in India. For those coming for longer, there is a significant number of trailing spouses, and like Sharanya, many are women.

Statistics show that of the 950 Indians employed in Switzerland with permanent work permits more than 800 are men. Women account for 900 of the 1,500 unemployed Indians in Switzerland.

The setback for trailing spouses is the spouse support programmes offered by companies that employ Indians in Switzerland. Or rather, the lack of it.

"Most Indian companies do not have a spouse support programme as it is not part of their HR policy," says Sabine Binelli, business manager for German-speaking Switzerland at the Spouse Career Centre. "Asian companies in general tend not to invest that much in people. So there is not a big [demand for] interesting relocation packages; people come to work to Switzerland anyway."

Spouse support programmes are more often offered to employees who come to work in Switzerland with very senior work profiles and positions. Indians say that some perks are offered to others when relocating to a new country. A relocation package can include facilities like covering initial or full-term accommodation, learning

the language for the couple and schooling for children.

When Neera Mallick moved with her husband to Switzerland nearly 20 years ago, she too found herself in the trailing spouse dilemma. Her husband then worked for ABB, a power and automation technologies company with its headquarters in Zurich.

Besides her Master's degree in home science, Neera had also specialised in marketing management, textile and fashion designing. "None of this helped me then. Also, since the textiles industry in this country is not as prolific as in India and I lacked experience in this field, I found it difficult to find a job," she says.

So in 1999, Neera began teaching English to adults as a part time job. "I taught English as a second language at language institutes and business English to employees at firms." The flexibility of a part-time job helped Neera manage her two children. "But with kids so young I could not manage a formal certification in teaching until 2011. But by then I felt I was stagnating."

Experimenting with IT

It was around this time that Neera heard of the start-up IT for non IT, run by Rajeev Sinha, an Indian living in Switzerland. Sinha comes from a biology background and began his career in financial services before making his move into the IT sector during the Y2K boom.

"This initiative is based on my own experience of coming from non-technical background and successfully working in IT industry for more than 20 years," he said. During his career he had met successful IT professionals who come from a non-IT background. Sinha identified areas that do not require technical skills like business analysis and project management.

He organised a workshop 'IT for non IT' in 2012 in Zurich inviting people from different educational and work backgrounds. "Most of the participants were highly qualified women," he said.

Participants were given an overview of IT, project management, software development and business analysis and were encouraged to get an ISTQB certification – a globally accepted certification for a basic framework and understanding of software testing. Many Indian expat spouses formed small

self-study groups to prepare for the certificate. Neera, like others, also participated in these study sessions and successfully cleared the exam.

But as she towed her new career path, Neera found her true calling. "I realised that I would miss my teaching profession if I left it. Moreover, I also felt that I was a good teacher and it would be more worthwhile to invest time and money to hone my skills rather than in IT." Neera now holds a diploma in teaching the English to adults.

Among others who managed the ISTQB certification was Panguluri Koundinya, an Indian who's been in the restaurant business in Switzerland for ten years. "It was interesting to know how to approach the IT industry as a fresher. But beyond that unless you have contacts and some experience no one without prior IT experience is able to find a job," he says.

Increasing the odds

Of the 950 Indian permanent residents in Switzerland, more than half work as management, technical, education professionals and service consultants and the rest are employed in trade, sales, marketing, hospitality and other sectors.

Binelli is currently working with four Indians at the Spouse Career Centre. One of them is Vanita Verma. A chartered accountant; she quit her job in India to move to Switzerland with her husband earlier this year. He works for Sapient – a technology and information services major with global operations. Vanita is now intensively searching for a job and learning German.

"I realised learning the language would definitely increase my chances of getting a job here." Vanita is redoing her CV according to European standards and is being guided on how to approach the finance and accounting jobs here both online and offline.

A straw poll by swissinfo.ch found many Indian trailing spouses keep busy with hobbies and NGO activities. While it's a happy life settling in a new country and adjusting to a new culture, it is also unsatisfying to have a fantastic CV which ends up being just another document saved on their computer.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/2898-indian-trailing-spouses-in-love-and-out-of-work> - 07.10.2014

A Boon for the women of Ecuador

Ruxandra Guidi

For the 60,000 residents of this rural county of green hills and small villages, migration is something of a rite of passage. The share of Cañar's people leaving the country is greater than that of any other district in Ecuador. More than 70 percent of its households receive remittances every month, and rely on them to cover basic necessities.

The costs can be great, especially on children, who are left behind by their parents or also embark on the perilous treks, sometimes alone. And the economic effects are sometimes perverse: In Cañar, big houses built with money from abroad stand unfinished or abandoned as more residents leave.

But beyond the cautionary tales, Cañar also stands for one of the great overlooked benefits of migration: unprecedented access to education and jobs, freedom of movement and financial independence for women, especially indigenous women, whether they left and returned, or never left.

Emigration from Cañar started in the 1960s, after a drop in the export price of locally produced straw hats pushed local men to move to Guayaquil, Ecuador's largest city. Falling oil prices gave way to debt and inflation in the 1980s, and by the 1990s, many peasants had lost both their meager savings and their livelihoods. Over the next 15 years, about half of Cañar's population, mostly men, went abroad, especially to the United States and Spain, looking for jobs.

I met Barbarita Pichasaca, an indigenous Cañari woman and mother of four in her early forties, in August. Soon after her husband left for Brooklyn in 2001, he asked her to join him. Ms. Pichasaca borrowed money from a local loan shark and embarked on a dangerous journey from the highlands to Ecuador's coast, north to Central America by boat, and then through Mexico by train, bus and on foot. After less than a year of doing cleaning jobs in New York, Ms. Pichasaca could afford to send money home for her children's food and clothing. "But they suffered too much," she said. "So I told my husband: 'You're a big boy, but my kids are not; they need me.'" She came back to Cañar in 2006.

Ms. Pichasaca's choice would spell the end of her marriage. But it would also mark the beginning of her freedom and personal success. Within a couple of years of her return, she became the first woman to open up a bank specifically for and by migrants. Taking advantage of a 2002 Ecuadorean law meant to alleviate migrant debt and generate local investment, Ms. Pichasaca's Cooperativa de

Ahorro y Crédito Del Migrante gives out low-interest loans between just a few hundred dollars and up to \$5,000, mostly to women who want to start small businesses, but also to others who want to be smuggled out of Ecuador. Ms. Pichasaca has also purchased land and built homes for family members, and is raising cattle to make artisanal cheese.

Ms. Pichasaca was a traditional housewife, observant of both indigenous Cañari customs and Christian faith, and for some her evolution amounted to a form of treachery. She told me she had faced scorn for leaving her kids behind, and then condemnation after coming back without her husband. But her stint abroad gave her a taste, she said, for the American spirit of "working hard to fix your own situation."

Today, women account for over 53 percent of the population of Cañar and surroundings, the largest such share in the country. Between 31 percent and 48 percent of households are run by women. Women often do the work traditionally handled by men — plowing land, weeding, gathering wood for charcoal — and they often manage and invest remittances from abroad: some \$197 million in 2013 alone. Increasingly, too, they pool their resources into small business groups and associations.

Within just a generation or two migration has irrevocably transformed this remote place and its people through economic development, especially the emancipation of women. The social scientists Luis Guarnizo and Michael Smith have called this process "transnationalism from below."

The effects extend even to women who never leave Cañar. Rosa Quizpe lives a few miles down the road from Ms. Pichasaca's home. Her parents migrated to New York when she was 18 and left her with relatives. Today, she's the single mother of a 12-year-old girl. I met Ms. Quizpe at the Unidad Educativa del Juncal, a school built by migrant families who want to keep their kids from having to travel far to get a basic education. Wearing a traditional pollera skirt, a round-brimmed hat made from sheep's wool, and with a perfect braid that went down her back, Ms. Quizpe, 32, looked youthful enough to belong in this elementary and high school crowd.

"I used to complain to my parents because they didn't support me in my education early enough, when I was little and before they went abroad," Ms. Quizpe told me, bursting into tears. Before her parents moved to New York, she worked as a seamstress to help support her family. Now her

parents pay for all of her and her daughter's living expenses, making it possible for both of them to focus solely on their education. Next year, Ms. Quizpe will graduate from high school and go on to a university a few hours away to study medicine, she said. She will be the first in her family to attend college.

Ms. Quizpe never seriously considered leaving Cañar to join her parents: Why put her daughter through what she endured? But her daughter, Nancy, is thinking about emigrating. And Nancy's grandparents have already promised, when the time comes, to send the first payment for her smuggler.

Fonte: <http://www.nytimes.com/2014/11/05/opinion/a-boon-for-the-women-of-ecuador.html> - 04.11.2014

For Central America's migrant women, life can change in a second

Fabiola Pomareda

Ten years ago, Magdalena Brizuela Carvajal set out for the United States from her homeland of El Salvador. She had no job and left behind three small children aged 6, 4 and 2, who stayed with their grandmother.

Brizuela, 35, recalled her trip on "La Bestia," the infamous "train from hell" that tens of thousands of migrants board on a perilous journey north each year through Mexico.

"I left for the U.S., but halfway there I had the accident. I was riding above with some friends on the roof, and when we were arriving to the first immigration station, I was climbing down and all of the sudden a gust of wind came out of nowhere. I closed my eyes, and when I opened them, I was underneath the train. When they pulled me out, I had lost a foot and the knee on my other leg was shattered," she recalled.

Her story is included in a new campaign called "Mujeres en la migración, transformadoras del mundo" – "Women in migration, transformers of the world" – created by several nongovernmental organizations including Project Counselling Service (PCS) and the Comité de Familiares de Migrantes Fallecidos y Desaparecidos de El Salvador.

In August, facing an international crisis prompted by the mass migration of thousands of unaccompanied Central American children to the United States, Mexican authorities finally acted to prevent migrants from boarding "The Beast."

But that hasn't stopped the flow of migrants, and some experts say it has exposed them to even greater risks.

According to Mexico's National Human Rights Commission, approximately 200,000 migrant women from Central America like Brizuela attempt to enter the U.S. each year. The reasons for their journeys are many; but making the decision to migrate, embarking on the trek, and the experience

of arriving or being deported all have an enormous impact on the lives of these women.

Brizuela returned to El Salvador and currently earns a small income working as a vendor in the informal economy. Any chance she gets, she tells other women to avoid the difficult trip north.

"Those routes are very dangerous, they will change your life in a second," she tells them. Despite her accident, Brizuela said she feels "more alive than ever."

According to the PCS, for every 10 migrants who travel to the U.S., seven are women, mostly between the ages of 12-32.

The dangers

Statistics compiled by IMUMI show that migrant women manage to cross Mexico and enter the United States much more efficiently than men, although that doesn't mean the trips aren't dangerous. And women often face risks that men don't, including sexual violence.

Women often use alternate routes through Mexico than those used by men, and they often avoid "The Beast." They tend to stay in hotels or guesthouses instead of shelters, often carry false documents, and choose routes along highways by traveling on buses and in semi-trailers, taxis or private vehicles. Women often travel alongside Mexican migrants on parts of their journey.

Rosa Nelly Santos, who represents a group of mothers of disappeared migrants on the Comité de Familiares de Migrantes Desaparecidos de El Progreso, Honduras (COFAMIPRO), said she was surprised to learn so many women are migrating from Central America. These include older women, younger women, mothers with children and teenagers.

"It became very clear that we're seeing the migration of entire families," said Santos, who

recently participated in a forum on disappeared Central American migrants held in San José, Costa Rica, on Oct. 30.

“At the heart of all this are the gangs,” she said. “In our communities today in all of our countries, children are recruited by drug traffickers. They say, ‘You’re going to be my eyes. Whistle when police are coming.’ And they trap children from the ages of 12 or younger.”

It’s no surprise, she said, that many mothers from El Salvador, Guatemala and Honduras would decide to embark on the dangerous trek accompanied by their children, and particularly their teenaged children. But what does that trip entail?

A study by the National Public Health Institute of Mexico titled “Encuesta sobre Migración y Salud Sexual y Reproductiva de Migrantes en Tránsito en la Frontera México-Guatemala 2009-2010” found that a majority of women migrants become victims of psychological violence along the way. A fewer number become victims of sexual violence.

To carry out the study, La Casa del Migrante Albergue Belén – located in the dangerous and often anarchic Mexican border town of Tapachula – interviewed 750 migrants from 2009-2010. Of those, 88 percent were men and 12 percent were women. Most came from Honduras (40 percent), followed by El Salvador (32 percent) and Guatemala (20 percent). Their average age was 27.

One in three female interviewees acknowledged that they had been publicly humiliated in some manner, and one in five women said they had been threatened with physical violence. Nearly 12 percent said their movements and activities were either controlled or carefully monitored by someone else.

Sixteen percent of the women reported having been victims of physical violence, including cuts, bruises and fractures. And 10 percent said they had been sexually harassed. Eight percent said they were forced to have sex, and 28 percent said they were offered money, protection or lodging in exchange for sex.

Where do they go?

No one can say with certainty how many migrant women reach their final destinations. Many are deported from the U.S. either back to Mexico or to their home countries. But what happens to those who are trapped along the way?

Statistics from the PCS show that three of every 10 migrants deported from the U.S., either to Mexico or to home countries, are women.

Many others remain along the route and work as domestic employees, in the sex trade or on farms. Some of them disappear.

Ten years ago, family members of the disappeared from Nicaragua, Guatemala, El Salvador and Honduras formed the Caravan of Mothers of Disappeared Migrants. On Nov. 20, the caravan will mark its 10th anniversary by traveling from Nicaragua to Mexico, via the “Northern Triangle” countries. The caravan returns to Nicaragua on Dec. 8.

While families maintain the hope of finding their loved ones alive, many quietly acknowledge that chances are slim. The search often becomes a grim task of locating family members’ remains and bringing them home for a proper burial. But even that is a long shot.

Martha Sánchez, a member of the Movimiento Migrante Mesoamericano and a caravan participant, said that in the past 10 years, the group has managed to find almost no one.

“We think the majority are in forced prostitution,” she said.

COFAMIPRO’s Santos, who also participates in the caravans, wonders, “How is it possible that we’ve lost so many girls?” She answers her own question: “In the brothels along the U.S. border. We’ve rescued two from brothels.”

These searches take mothers on visits to local morgues, jails, immigration offices, human rights groups and government agencies. According to Santos, members of the caravan have visited a women’s prison in Tapachula, in southern Mexico, and they’ve seen migrants treated like criminals and drug traffickers.

“They have criminalized them,” Santos said, referring to several visits to Tapachula.

Despite the overwhelming odds, some families have managed to locate their loved ones. They’ve also repatriated the remains of some of those who have died.

One story of separation is that of Emeteria Martínez, a Honduran woman from the department of El Yoro. In 1989, her daughter Ada Marlén Ortiz left her village at the age of 17 to migrate to the U.S. Back then, the village had no working telephones, and the houses had no addresses.

For 21 years, Martínez raised Ada’s two children. She never received the letters Ada wrote to her and to her children, in which she described arriving in Mexico, being assaulted, losing her documents, and becoming trapped as a perpetual migrant.

Ada eventually married and stayed in the city of Ecatepec de Morelos, in the state of Mexico. She had three more children.

After decades of receiving no news, Martínez set out to find her daughter. In 1999, she founded the radio program “Abriendo Fronteras,” or “Opening Borders,” broadcast on the Honduran station Radio Progreso. It was a space for the families of missing Honduran migrants to search for loved ones via mass communication. Martínez also became a pioneer of the group Committee for Family

Members of Disappeared Migrants of Honduras, and of the caravans.

In 2010, one of Ada’s sons in Mexico, who was 15 at the time, learned of the caravans via the Internet. He recognized Martínez as his grandmother.

In November 2010, Martínez, then 72, finally was reunited with her daughter, who was then 40 years old. Martínez died the next year.

Fonte: <http://www.ticotimes.net/2014/11/06/for-central-americas-migrant-women-life-can-change-in-a-second> - 06.11.2014

Braving Dust storms, Women Plant Seeds of Hope

In the world’s largest refugee complex – the sprawling Dadaab settlement in Kenya’s North Eastern Province – women listen attentively during a business management workshop held at a hospital in one of its newest camps, Ifo 2.

Leila Abdulilahi, a 25-year-old Somali refugee and mother, has brought her five-month-old along, while her four other children wait at home. She asks question after question, eager to learn more. Leila has lived in the camp for the past three years and has no source of income, so her family depends on the rations distributed by the World Food Programme (WFP).

Unlike others, who have called Dadaab home since 1991, at the start of the civil war in Somalia, Leila is a ‘new arrival’ – a term used for those who came after the 2011 drought and more recent military intervention against extremist groups.

According to the UN Refugee Agency, as of September 2014 there were 341,359 registered refugees in Dadaab — the world’s largest refugee camp — half of whom are women.

“We are afraid to go fetch firewood in the forest. Bandits also attack us in our own homesteads and rape us,” says Leila. “If I had the money I would just buy firewood and I wouldn’t have to go or send my daughter to the forest.”

According to the Kenya Red Cross Society, rape rates are highest in Ifo 2, which sprawls across 10 square km and is located approximately 100 kilometres from the Kenya-Somalia border. Created in 2011, Ifo 2 is the newest camp in Dadaab and many safety measures are yet to be put in place, such as lighting, fencing, guards and other community protection mechanisms for the overcrowding.

Through its Peace and Security and Humanitarian Action Programme, UN Women has been

supporting and working closely with the Kenya Red Cross Society to implement a livelihood project in Ifo 2.

“The lack of livelihood opportunities is a contributing factor to sexual and gender-based violence at the camp,” says Idil Absiye, Peace and Security Specialist with UN Women Kenya. She says providing women with the opportunity to earn a living is an important step that will help them fend for themselves in the camp and when they go back home.

The initiative also provides counseling services to survivors of sexual and gender-based violence, and family mediation services at the Ifo 2 District hospital, with support from UN Women. Initial results include more sexual and gender-based violence cases now being reported.

According to Counsellor Gertrude Lebu, the Gender-Based Violence Centre now receives up to 15 cases on an average day. Men have also been seeking family mediation with their wives.

Raking up resilience

Beneath the scalding sun that has parched the landscape of north-eastern Kenya, 10 women are digging the dry, dusty land using rakes and sticks. When dust storms come, they use their scarves to shield their eyes. They hardly notice the harsh conditions as they dig, their focus on three months later when they will be harvesting their horticultural produce.

Income-generating activities in Dadaab refugee camps are rare, and agriculture even more so, because of harsh weather conditions and extreme poverty. Women sometimes sell a portion of their food aid (which consists of maize, wheat, beans, soya, pulses and cooking oil) in order to be able to

purchase fruit and vegetables, school supplies and pay for their children's school fees.

Providing for their families means everything for mothers like Leila. It means not having to fight with their husbands for food, school fees or other basic needs, if they can provide for themselves and their families.

Ephraim Karanja, the Sexual and Gender-Based Violence Programme Coordinator with the Kenya Red Cross, says six greenhouses have been bought, and the women are busy preparing the land to plant and sow crops. They will sell their produce at a new market being built in Dadaab as part of the project, which will reduce the safety risks of travelling to the markets in towns nearby.

"I want to open a shop. With the profit I make, I will buy clothes, vegetables and fruits for my children," says Leila.

She and 300 other vulnerable women will be trained in business management and horticulture agriculture and supported to start a business that will help sustain their families.

Higala Mohammed, a farmer from Somalia, is optimistic about the group's labour. Inspired, she has also set up a small vegetable garden next to her makeshift tent where she grows barere, a traditional Somalian vegetable. "We need all the nutrients we can get here," she adds.

Leila's pathway to independence makes her hopeful. "I want to work and support my family, even when I return home someday — and I will open a bigger shop," she says.

Fonte: <http://www.csem.org.br/index.php/csem/noticias/3006-braving-dust-storms-women-plant-seeds-of-hope> - 12.11.2014

ESPAÑOL

Callar la violación por miedo a la expulsión: extranjeras y vulnerables

Documenta la discriminación sanitaria a la que están expuestas por no tener permiso de residencia

Las mujeres que viven en España sin permiso de residencia son tan vulnerables como invisibles frente a las agresiones sexuales, porque además de lidiar con la precariedad económica y la falta de redes de apoyo familiar y social, se enfrentan a la posibilidad de un expediente de expulsión si acuden a denunciar a comisaría. Si además, trabajan en el servicio doméstico y el abuso procede del empleador, se juegan el sustento y a menudo el techo, por lo que son muchas las que deciden guardar silencio.

Así lo recoge el informe de Fundación para la Convivencia Aspacia 'Violadas y Expulsadas' que se presenta este jueves para poner de manifiesto que "si la violencia sexual es un abuso generalmente oculto, cuando se comete contra las migrantes en situación irregular, especialmente en ámbitos familiares o en empleos informales, aún más" y exigen medidas al respecto.

La organización denuncia la ausencia tanto de datos como de recursos especializados para proteger y asistir a estas mujeres, que ni son víctimas de trata ni son consideradas objeto de la violencia de género, por lo que no gozan de la

protección que estos colectivos tienen en la Ley de Extranjería frente a la expulsión.

Aspacia explica que en la práctica, esta norma está "siendo paliada" por los propios policías, que evitan abrir expediente de expulsión a mujeres que acuden a denunciar agresiones sexuales, pero la Ley no lo contempla y no hay instrucciones internas al respecto, lo que "abre la puerta a la arbitrariedad" y a la "inseguridad" de las víctimas, que "se arriesgan, porque no saben qué policía les va a tocar". "Es un riesgo real, ya que cada comisaría es un reino de taifas", apunta el informe.

Esta "falta de protección" en la legislación de extranjería "impacta doblemente en la protección de los derechos humanos de este sector de mujeres". "El miedo a la expulsión las desalienta a denunciar y a pedir protección, pero a la vez esta situación de invisibilidad es utilizada por los agresores para lograr mayores márgenes de impunidad", señala, para incidir en la situación de las empleadas en la economía sumergida, que corren aún un mayor riesgo.

El informe recoge casos como el de María, una hondureña en situación irregular que trabajaba interna en el servicio doméstico y sufría agresiones

sexuales por parte del jardinero de la casa. "Uno de los factores que le frenaron ante la denuncia, además del miedo a la expulsión por estar en situación irregular, fue el mensaje reiterado por parte de sus empleadores de no revelar que trabajaba en su domicilio en irregularmente", explica el informe.

Según afirma, "la irregularidad es una condición que facilita la relación de poder de la que se vale la violencia sexual", es decir, que estas mujeres son víctimas preferentes de los agresores. Fue el caso de Mercy, nigeriana de 26 años llegada a España en patera hace 4, agredida por un policía cuando ejercía la prostitución. Aunque tardó en decidirse, le denunció y fue condenado.

La irregularidad como factor de sospecha

La casuística es tan diversa como las mujeres. A Olga, una rusa de 53 años con seis de estancia sin permiso en España, no la creyeron cuando dijo que la habían violado dos encapuchados a punta de pistola en Galicia. Ocurrió en marzo. Fue recogida por una ambulancia y trasladada al hospital donde dos agentes de la Guardia Civil le tomaron declaración. Nunca llegó a ver a un juez. Otros dos agentes la volvieron a interrogar y determinaron que se lo había inventado "para regularizar su situación".

"Un mes después de la agresión sexual, Olga fue imputada de un delito de 'simulación de delito', detenida por la Policía Nacional por estancia irregular e ingresada por orden de un juez en el Centro de Internamiento de Extranjeros de Madrid en el que permaneció 48 días. No fue expulsada por carecer de pasaporte en vigor", detalla el informe. Ella, en libertad con cargos, dice que tiene pesadillas y no puede olvidar lo que pasó.

La organización plantea este caso como ejemplo de que la irregularidad se convierte en "factor de sospecha" de la falsedad del testimonio e incluso una traba para recibir una indemnización. En estos casos, se tiende a calificar los hechos delictivos como falta, se dan sobreseimientos o absoluciones poniendo en duda la credibilidad de las mujeres pese a las pruebas o se archivan las causas porque el agresor se ha fugado y no se ordena su búsqueda y detención.

"Que nadie ha visto el coche, que nadie ha escuchado los gritos (...) Tu estás mintiendo, lo has planeado todo esto con tu novio para tener la residencia. No te creemos... Uno de los policías se reía y yo le dije: si esto le pasa a tu hermana, a tu

mujer, a tu hija, seguro que buscas hasta debajo de la tierra para encontrar a los violadores. Les dije, si no me creen, perdonenme, yo no quiero hablar con ustedes nunca más. No quiero hablar", declara Olga.

Discriminación Sanitaria

Estas mujeres, además, encuentran "barreras" en la atención sanitaria tras la agresión sexual que se acentúan con la reforma del sistema que les ha impedido acceder a la atención primaria. La organización denuncia además, que si bien hay un protocolo común en España que obliga a atender de urgencia a las víctimas de violación al margen de que quieran denunciar, la ciudad de Madrid es "una excepción", pues "no contempla la posibilidad de atención sanitaria sin denuncia previa".

Aspacia ha "documentado" casos como el de Lourdes, una paraguaya de 25 años de edad y seis de estancia irregular en España, que en enero sufrió la violación múltiple de cinco conocidos. El ginecólogo de urgencias suspendió la exploración médica al saber que se trataba de una agresión sexual y la remitió a comisaría. Allí no fue atendida como esperaba, así que nunca llegó a denunciar. Finalmente, en un centro de planificación familiar le hicieron la profilaxis de infecciones de transmisión sexual (ITS) y embarazo.

"El miedo de las mujeres migrantes en situación irregular a que la interposición de la denuncia las haga "visibles" y les acarree un procedimiento de expulsión es una de las trabas más generalizadas entre este sector de mujeres. Por ello, condicionar la atención profesional a la previa interposición de la denuncia es un grave obstáculo que merma la accesibilidad a la atención sanitaria y provoca experiencias traumáticas", explica la organización.

Lourdes, al menos, consiguió que le hicieran el test de ITS. María, hondureña de 31 años y tres viviendo 'sin papeles' en España, fue atendida en urgencias, pero cuando tuvo que recoger los resultados de las pruebas en su centro de salud, no quisieron darle cita. Aunque finalmente consiguió el informe médico por intermediación de un centro especializado en agresiones sexuales, desde Atención Primaria no se ha hecho ningún seguimiento de las consecuencias de las violaciones que sufrió y que además, había denunciado.

Fonte: <http://csem.org.br/index.php/csem/noticias/1919-callar-la-violacion-por-miedo-a-la-expulsion-extranjeras-y-vulnerables> - 25.11.2013

Trabajadoras Migrantes en Servicio Doméstico, su espacio y sus derechos

Flujos migratorios provenientes de determinados países son fundamentalmente femeninos

Eugenia Rodríguez Blanco

Panamá se encuentra entre los países receptores de flujos migratorios internacionales, donde se concreta el fenómeno de la feminización de las migraciones. Dicho fenómeno hace referencia a la relativamente nueva forma de migrar de las mujeres, más autónomas e independientes que antes, solas, con proyectos migratorios propios – que no individuales –, buscando oportunidades de trabajo y generación de ingresos.

Flujos Migratorios Femeninos

Si bien, según datos del último censo, Panamá recibe tanto hombres (50,8%), como mujeres migrantes (49,2%), lo cierto es que los flujos migratorios provenientes de determinados países son fundamentalmente femeninos. Así, los flujos migratorios con mayor porcentaje de mujeres migrantes provienen de República Dominicana (68%), Nicaragua (59%) y Colombia (54%). Destacan algunas tendencias en relación a estos flujos: las mujeres dominicanas son quienes presentan una brecha más grande en relación a los hombres migrantes de su misma nacionalidad; las migrantes colombianas son quienes constituyen el porcentaje más alto del colectivo de mujeres migrantes en Panamá (33%) y el flujo migratorio femenino procedente de Nicaragua es el que ha experimentado mayor incremento en los últimos años.

Oportunidades de Inserción Laboral de las Trabajadoras Migrantes

La principal característica del colectivo de trabajadoras migrantes en Panamá es su heterogeneidad, marcada por variables como su nacionalidad, edad, nivel de estudios, tiempo en el país o estatus migratorio. Aún así, dicha heterogeneidad se diluye al coincidir, gran parte de ellas, en determinados nichos laborales en la ciudad de Panamá, en un contexto laboral que responde a la tradicional división sexual del trabajo.

Las trabajadoras migrantes con poca o media cualificación encuentran oportunidades de trabajo en Panamá fundamentalmente en aquellos sectores más feminizados del mercado laboral (donde la brecha entre hombres y mujeres es más grande) y que son fundamentalmente: trabajo doméstico, cuidado de niños/as, enfermos/as o

ancianos/as y trabajo sexual. Dichas ocupaciones son, no por casualidad, aquellas donde las condiciones de trabajo son también más precarias, y donde se violan con más frecuencia los derechos laborales.

Las deficientes e incluso discriminatorias condiciones de trabajo de estas ocupaciones las coloca lejos del interés de las mujeres que poseen un mayor abanico de posibilidades de inserción laboral - mujeres nacionales e incluso mujeres migrantes con alto grado de calificación profesional - quienes cuentan con la posibilidad de insertarse en otros trabajos, en mejores condiciones.

Así, el trabajo doméstico y de cuidados, como el trabajo sexual, no son solo las ocupaciones más feminizadas en un mercado laboral fuertemente segregado por sexo, sino además, son las ocupaciones donde la brecha entre mujeres migrantes y mujeres panameñas (no indígenas) es también más grande.

Migrantes en el trabajo doméstico remunerado

Si atendemos específicamente al trabajo doméstico como área de inserción laboral de una gran parte de las migrantes provenientes de los flujos más 'feminizados', comprobamos cómo actúan las redes de mujeres a través de la migración, y por tanto, las cadenas globales de cuidados.

Dichas cadenas hacen referencia al fenómeno que explica que en aquellos países donde las mujeres nacionales han conseguido incrementar sus niveles de formación, así como sus oportunidades de inserción laboral, delegan en 'otras mujeres' las responsabilidades ligadas a sus roles de género tradicionales, especialmente aquellas relativas a las tareas domésticas y de cuidados.

Esas otras mujeres cuentan con menores oportunidades de inserción laboral en sectores profesionales con mejores condiciones de trabajo, más formales o de mayor reconocimiento social. Esas mujeres son, en muchos casos, mujeres migrantes.

Las trabajadoras migrantes en Panamá (sobretudo dominicanas, nicaragüenses y colombianas) constituyen así un eslabón fundamental en las cadenas globales de cuidados; el eslabón que asegura la realización de las tareas de cuidados en un contexto donde las mismas no están siendo

ocupadas ni por los hombres (migrantes o no), ni por quienes hasta el momento las habían venido desarrollando (otras mujeres).

Estatus Migratorio y Economía Informal

Especialmente para aquellas migrantes que se encuentran en situación irregular, con el visado vencido o sin permisos de residencia y trabajo – quienes por otro lado constituyen un alto porcentaje del total - el servicio doméstico es a veces la única opción.

Todo ello por ser un sector altamente informal, con baja o nula inspección laboral, donde los/as empleadores/as no exigen documentación, y en el que existe una demanda alta de trabajadoras en Panamá.

El estatus migratorio irregular de las trabajadoras condiciona su limitado acceso a otras oportunidades laborales en el país. Es por esa razón que las mujeres migrantes expresan un alto interés por regularizar su situación, y acuden mayoritariamente a los procesos de regularización extraordinaria en el país (Crisol de Razas), donde adquirir el estatus regular es más sencillo y más barato.

Así, según datos del Servicio Nacional de Migración, las mujeres migrantes acuden más que los hombres a estos procesos.

Es importante destacar que a pesar de la desregulación en la que suele desarrollarse la relación laboral entre empleador/a y trabajadora doméstica, el trabajo doméstico en Panamá está regulado.

Sin embargo, una mirada atenta a la específica regulación de este sector evidencia las condiciones desfavorables o incluso discriminatorias bajo las cuales dicha actividad puede desarrollarse

formalmente. Que sea considerado ‘contrato especial’ ya ubica al trabajo doméstico fuera de los cauces ordinarios de la legislación laboral, y le otorga un estatus diferente.

Pero cuando además dichas condiciones especiales suponen una merma de derechos en relación a otro tipo de contratos, dicha condición especial se convierte en discriminatoria. Así, que los contratos en el servicio doméstico puedan ser verbales; que el salario mínimo sea significativamente inferior al propio salario mínimo establecido en el país para el resto de trabajos; o que el límite máximo de horas de trabajo sea significativamente superior, manifiestan dicha inequidad.

Derechos Vulnerados

Que las trabajadoras migrantes se inserten en sectores laborales con regulaciones discriminatorias en relación a otros sectores, o en los que se tienda a trabajar por fuera de la regulación existente, determina que ellas sufran las peores condiciones de trabajo y que se violen con frecuencia sus derechos laborales.

A ello se suma la baja afiliación sindical o asociativa de estas trabajadoras, así como la ausencia de información relativa a sus derechos, muy vinculada al aislamiento, el miedo y el limitado acceso a los canales donde circula la información.

La invisibilidad en la que viven y trabajan dichas mujeres no ayuda, así como tampoco el ‘mirar para otro lado’ de quienes tienen o deberían tener alguna responsabilidad en la situación y condición laboral, e incluso vital, de dichas mujeres.

Fonte: <http://laestrella.com.pa/panama/nacional/trabajadoras-migrantes-servicio-domestico-espacio-derechos/23773900> - 25.05.2014

Mujeres Migrantes, atrapadas en una Frontera Imaginaria

La costumbre en el sur de México dice que el destino de las guatemaltecas es el trabajo en el hogar, las hondureñas esclavas en bares o cantinas y las salvadoreñas son invisibles. Las mujeres migrantes están atrapadas entre la frontera física en el Soconusco, Chiapas, y la real, más infranqueable: los abusos, discriminación y estigmas. Aquí ellas no son, más que lo que su origen – y la sociedad – las ha condenado a ser.

Ángeles Mariscal

Estigma número uno, las “que sirven”

Es domingo. El Parque Miguel Hidalgo, en el centro de Tapachula – ubicado a 275 kilómetros de la frontera con Guatemala – está abarrotado. Decenas de mujeres, la mayoría mujeres-niñas, casi adolescentes, lucen prendas bordadas de

muchos colores, con diseños y tejidos típicos que las delatan indígenas del país vecino.

Se toman de la mano, caminan rodeando una y otra vez el kiosco ubicado en la parte central. Algunas llegaron temprano, con sus pertenencias en una maleta o en bolsas de plástico. Se sientan en las jardineras y ahí esperan.

Rosa y otras dos jóvenes que se acompañan cruzaron apenas esta mañana la frontera entre México y Guatemala, por el puente fronterizo de Tecún Uman. Pagaron para que el Instituto Nacional de Migración les diera una Forma Migratoria de Visitante Local (FMVL), que se otorga a quienes viven en la zona fronteriza de su país.

Eso les permite transitar con cierta libertad en los municipios circunvecinos de la frontera, pero no la autoriza a trabajar en México. No hace falta, las relaciones comerciales y de trabajo entre habitantes de ambos países, son ancestrales y filtran fronteras. Rosa luce sudorosa, cansada.

Apenas se sienta en la banca, se acerca una mujer madura, que bajó de un auto. Platica con ella y hacen el trato: 1,200 pesos mensuales (92 dólares) más alimento; los domingos son días de descanso, luego que deje hecho el desayuno a la familia. La mujer empieza a cruzar el parque, Rosa se despide rápidamente de sus amigas y camina tras la mujer.

Ambas suben al auto, Rosa en la parte posterior, tímida. No levanta la mirada, no mira a los ojos. Le esperan largas jornadas de trabajo en una relación de semi esclavitud, donde una y otra vez tendrá que barrer, limpiar, cocinar, cuidar niños ajenos y desdibujarse hasta casi hacerse transparente.

La escena se repite durante la mañana, aquí y allá en el parque. Para la tarde sólo quedan las trabajadoras domésticas que ya tienen trabajo y disfrutan de su único día libre. Quienes trabajan aquí son mujeres jóvenes y niñas. El Centro de Derechos Humanos Fray Matías de Córdova realizó un censo con trabajadoras domésticas de Guatemala y encontró que casi la mitad de las entrevistadas, 49 por ciento tienen 22 años de edad; la otra mitad, entre 13 y 17 años.

El Centro Fray Matías documentó que la expectativa de muchas de las adolescentes trabajadoras domésticas es obtener los recursos que les permitan regresar a su país para continuar sus estudios. La mayoría llega por temporadas, pero muchas de ellas se quedan atrapadas y sólo regresan a su país ocasionalmente.

No hay un censo o aproximado que permita saber cuántas son, porque son una población flotante y su trabajo se da en el ámbito de lo privado, sin contrato formal. La mayor parte de ellas ha naturalizado el rol de realizar trabajos de servidumbre en la zona del Soconusco chiapaneco desde la época de la Colonia ya sean en las fincas o las viviendas. Alba se encuentra en el Parque Miguel Hidalgo desde la mañana.

Ella y sus compañeras no se han movido a pesar de la lluvia que ha caído en el lugar. Alba luce un poco más grande que las demás, dice que ya tiene 30 años, y que desde hace 8 llegó a trabajar a Tapachula, que está contenta porque a ella le pagan 2,000 pesos mensuales. Apenas un salario mínimo, aunque su jornada laboral duplica la que establece la ley mexicana, que es de 40 horas a la semana.

En un día normal se levanta a las 6, prepara el desayuno, hace el aseo, la comida, lava ropa, mandados, recoge la cocina, plancha. Ha trabajado limpiando tiendas o restaurantes, la paga es buena, pero no le dan dónde dormir. "Me gusta más en casa", dice, aunque reconoce que no siempre tiene un lugar propio para dormir, como ahora, que trabaja en una casa de la Colonia Solidaridad (habitada por tapachultecos de clase media baja), donde cada noche descansa en una colchoneta que coloca en el espacio que hay entre la cocina y la sala.

- ¿En tu día libre qué haces?

- Ayudo con el desayuno y ya me vengo al parque.

- ¿Y al cine o a la playa que está acá cerca?

- No

- ¿Porqué?

- Me da pena... la gente nos queda viendo y como que no le gusta que estemos ahí, a lo mejor por nuestros trajes. Alba dice que en su país podría ganar un poco más de dinero, haciendo el mismo trabajo. Prefirió quedarse en Tapachula porque, dice, "en Guatemala hay mucha violencia".

Santiago Martínez Junco, coordinador del área de capacitación del Centro de Derechos Humanos Fray Matías de Córdova, explica que de acuerdo a las leyes mexicanas, las trabajadoras domésticas de Guatemala laboran en un sistema de semi esclavitud.

"El imaginario social de la región y los estigmas fenotípicos marcan a las mujeres migrantes, si eres guatemalteca el nicho laboral es el empleo doméstico, de limpieza o agrícola; a la hondureña, salvadoreña o nicaragüense, se les contrata preferentemente en el área de servicios sexuales, o en botaneros, restaurantes, para atraer clientela; y aún ahí hay diferencias", explica.

El trabajo de las mujeres guatemaltecas se ha sido invisibilizado porque se desarrolla en el ámbito privado, lo que las coloca en una situación de alta vulnerabilidad.

No hay contratos, no hay justificación en despidos, y estos se utilizan muchas veces como una estrategia para no pagar salarios. En algunos

casos se les cobra la comida, y el salario promedio que se les otorga es de mil 200 a mil 500 pesos mensuales (100 dólares promedio), por 72 horas a la semana.

Aunado a ello, explica la sociedad les confina o excluye de la vida cotidiana y sus centros de reunión.

“La mayor parte de las trabajadoras domésticas no conocen más que el Parque Miguel Hidalgo y las calles que conducen a su lugar de trabajo. Por ejemplo, los tapachultecos pidieron a las autoridades que les construyera el Parque Bicentenario porque este lugar ‘estaba lleno de chapines’ (sobrenombre que se les a los originarios de Guatemala). Y no es que explícitamente ellas no puedan ir a otros lugares, sino que la sociedad las margina, las excluye y ellas sienten esa presión social sobre si mismas”.

Al final del día –valora Santiago Martínez- se reproduce esa situación que se vivía en toda esta región durante el sistema feudal, de mantener excluida a la servidumbre, y de no permitirle que se desarrolle en otros ámbitos de trabajo.

Los domingos, cuando ellas acuden a descansar al parque Miguel Hidalgo, el Centro Fray Matías intenta sensibilizarlas y capacitarlas sobre sus derechos, explica Martínez.

“Les informamos sobre sus derechos laborales, damos talleres de algunos oficios que ellas mismas escogen, y trabajamos dinámicas para fortalecer su autoestima, para que se asuman como personas con derechos... a veces vamos juntas a recorrer la ciudad o dar paseos a lugares cercanos para que vayan perdiendo el miedo y se sientan más seguras”.

Estigma número dos, las que venden fantasías

Su cuerpo se contonea en el escenario mientras se escucha como fondo el sonido de un acordeón, trompetas y bongó. Rítmico y sensual (¿puede un sonido por si mismo ser sensual?), el sonido de una cumbia acompaña a la bailarina mientras se va desprendiendo de la ropa.

Abajo del escenario, en mesas diminutas, otras mujeres pegan sus cuerpos a los clientes, beben con ellos, algunas bailan tratando de que las manos de quienes pagaron por estar con ellas “solo para bailar”, se mantengan fuera de su sexo. En otro espacio del mismo escenario, otras más juegan billar con los parroquianos exagerando las posiciones para resaltar las curvas de sus cuerpos.

La propietaria del lugar, una mujer de unos 50 años originaria de esta frontera al sur de México

acepta mostrarnos el lugar y hablar con las bailarinas en los camerinos. Insiste: en este centro nocturno no hay servicio sexual, “aquí solo les vendemos fantasías”. “Muchos hombres sólo quieren verlas desnudarse, bailar con ellas, platicar con las catrachas(hondureñas) principalmente, porque dicen que son las más bonitas; pero tenemos bailarinas de Guatemala, de El Salvador, de Nicaragua.

Muchos ni siquiera quieren tener relaciones sexuales, sino sólo pasar un buen rato, distraerse de los problemas de su vida diaria”. Para el sexo, aclara, hay otros lugares.

Paso a la parte trasera del escenario. En la puerta de la habitación llena de espejos donde las mujeres se arreglan, se encuentra colocado el reglamento del lugar que establece el número de veces que cada una debe bailar y desnudarse arriba del escenario; la cantidad de cervezas que deben tomar con los clientes (mínimo 200 a la semana).

A esta actividad se le llama fichar, la propietaria asegura que de la ganancia de cada “ficha” o cerveza, la mitad para ellas.

Adentro de los vestidores la fantasía que se vende afuera, se desmorona. Antes de salir al escenario Melani come presurosa un caldo de res y un refresco, dice que no había ingerido alimento en todo el día porque tuvo problemas con su actual pareja, por celos y porque él no se lleva bien con los hijos de ella, menores de edad.

Tiene 23 años y tres hijos. Dice que tuvo que salir de su país desde 2009, por “problemas” con su anterior pareja. “Él se metió a las Maras y ya sabes, en mi país hay mucha violencia... me tuve que salir”. Melani dejó un tiempo a sus hijos con su mamá, cuando se estableció en Tapachula, los trajo a vivir con ella.

Sus dientes frontales lucen careados, y en sus pantorrillas tiene cicatrices muy visibles, algunas de ellas recientes. Al observar que las noto, se apresura a ponerse una licra color piel, y sobre ella la ropa de la que ira desprendiéndose poco a poco en el escenario.

“Me pega porque tiene celos porque dice que los clientes me ven (él trabajó un tiempo como barman del centro nocturno donde ella labora). Pero de esto mantengo a mis hijos, de esto lo mantengo a él. ¿Qué quiere, que me vaya de dependienta en una tienda? Ahí ni nos dan trabajo porque dicen que robamos, y cuando lo dan, quieren pagar una miseria. Yo ya le dije, te juntaste con una hondureña, esta es la vida de las hondureñas, solo acá nos tratan bien y nos pagan mejor”.

Melani tiene que afrontar todos los días el estigma de ser una “catracha”, término peyorativo con el que nombran a las mujeres originarias de su país, quienes se les considera ser amantes expertas. Su fisionomía la traiciona -caderas anchas, piernas largas, talle esbelto- no le permite desdibujarse. “Si me subo a un taxi, el chofer me quiere agarrar las piernas, si trabajo en una tienda, el patrón se quiere meter conmigo”, lamenta.

A la luz neón de los vestidos, las bailarinas se maquillan, se colocan pelucas de larga cabellera; luchan por simular con licras y ropa ajustada la celulitis, las ojeras, el vientre abultado, las cicatrices y estrías que deja la maternidad. La penumbra que hay al salir a la pista las ayudará.

Luis Rey García Villagrán, activista defensor de los derechos de las trabajadoras sexuales, asegura que sólo en Tapachula, la ciudad más grande de la región fronteriza conocida como El Soconusco, existen más de 15 zonas de tolerancia y unos 200 centros donde se ejerce la prostitución abierta y disfrazada; de manera voluntaria, o a través de las redes de trata de personas con fines de explotación sexual.

Representante del Centro de Dignificación Humana AC, Villagrán considera que esta actividad se da en medio de una permisividad social y gubernamental. “Aquí en esta región cualquier niño de 5 años ha visto que enfrente de su casa, junto a su escuela, en su camino diario, hay un botanero, un bar, un prostíbulo, un cabaret. Ha visto a la mujer centroamericana entrar y salir de ahí. Ha naturalizado esta situación y ha encasillado a las mujeres migrantes en esta actividad”.

Las mujeres migrantes se han vuelto parte de la cotidianidad en el Soconusco. Con ellas convive la población. A los lugares donde laboran acuden todo tipo de parroquianos, incluso servidores públicos. De su situación migratoria, solo preguntan cuando hay de por medio un intento de extorsión.

Estigma número tres, las “dispuestas a todo”

Aidé administra una “cuartería” (vecindad) ubicada a 10 calles del centro de Tapachula. Es decir, cobra la renta o alquila las habitaciones de techo de lámina a quienes solicitan el servicio, la mayor parte migrantes que carecen de estancia legal en México.

Al llegar a la cita con Aidé, coincido con una docena de migrantes que –conducidos por un guía (pollero)- son introducidos en una de las habitaciones. Ella no se intimida, dice que los migrantes abandonarán en uno o dos días el lugar,

en tanto llegan a recogerlos para que continúen su viaje.

Ella ha estado en la cárcel acusada de Trata de Personas con fines de explotación sexual. Logró salir luego de tres años de reclusión. “Yo acaba de ser deportada de Estados Unidos, y necesitaba seguir enviando dinero a mis dos hijos que siguen en El Salvador, así que un amigo me contrató de encargada de un bar. El lugar no era mío, yo solo veía que las meseras no se quedaran con el dinero. Si ellas se querían meter con los clientes en los cuartos ese es su problema, es su forma de ganarse la vida, nadie la obligaba”.

Durante un operativo Aidé fue detenida, no así el propietario del lugar. Algunas de las mujeres que trabajaban en ese bar ubicado en Ciudad Hidalgo, eran menores de edad. Sin embargo, con el paso de los días todas fueron deportadas a sus lugares de origen y ninguna se quedó para seguir el proceso penal por el delito de Trata de Personas, así que Aidé obtuvo su libertad.

“Al salir intenté cruzar otra vez los Estados Unidos, pero no pude, me regresaron otra vez y aquí me tienes, atrapada en este lugar, sin poder avanzar y sin poder regresarme a mi país”, narra con gesto adusto y ademanes bruscos, que contrastan con sus ojos claros, amables, su cabello rizado y su figura pequeña.

En la habitación donde estamos apenas cabe una mesa, dos sillones, una cama individual y un mueblecito donde suena fuerte una televisión que no pierde de vista una niña de unos 10 años que dice, es hija de una amiga que se queda con ella en tanto encuentra un lugar propio donde vivir.

“Ya me estoy resignando a vivir aquí en Tapachula, o en Cacahoatán o cualquier lugar de por acá, da lo mismo. Pero trabajando de qué, aquí a nosotras las salvadoreñas no nos quieren dar trabajo ni en las casas porque las mujeres piensan que vamos a quitarles el marido. Buscamos trabajo de empleadas y el patrón quiere meterse con nosotras; en los bares piensan que vamos a robar, a matar a los clientes”, narra, mientras alista una pequeña maleta donde acomoda barnices e instrumentos para arreglar uñas, servicio que da a domicilio y en un pequeño salón de belleza de la zona.

Considera que este es uno de los pocos trabajos que puede realizar sin que la discriminen. Las mujeres migrantes que habitan al sur de México viven atrapadas entre una frontera física que les impide transitar libremente y una frontera real, resultado de la discriminación, abusos y estigmas sociales, que las borran como personas.

Migración forzada a EU: más pobreza y discriminación

*Carmen R. Ponce Meléndez**

Una tercera parte de las mexicanas en Estados Unidos están en condición de pobreza. Su situación laboral es particularmente desventajosa en comparación con las nativas estadounidenses y otras inmigrantes.

Debido a su estatus de migrantes sin documentos de estancia legal y la baja calificación que poseen muchas de las connacionales, el mercado de trabajo estadounidense las relega al segmento de empleos con precarias condiciones laborales.

Si bien su tasa de participación es alta, 54.9 (en relación a la que tienen las mujeres en México), ésta es muy inferior al 70.1 que registran las estadounidenses blancas o al 66.4 por ciento de otras migrantes.

Por el contrario, las migrantes mexicanas registran las tasas de desempleo más altas (12.5), respecto al 6.3 por ciento de las estadounidenses blancas: prácticamente el doble.

Sus ingresos también son los más bajos, 22 mil 171 dólares como ingreso promedio anual (cerca de 291 mil pesos mexicanos), un 78 por ciento menos que las mujeres blancas, incluso inferior a los ingresos que perciben "otras migrantes".

Este fenómeno se repite en el renglón de "cobertura de servicio médico ofrecida por el empleador", sólo el 28.3 por ciento tiene acceso, en tanto que en las nativas blancas la proporción crece al 50.3.

Su escolaridad es baja y las distingue de los otros grupos de inmigrantes. Seis de cada 10 de las mexicanas de 25 años o más no concluyeron el nivel medio superior y lo mismo sucede con los varones.

En términos generales, estos resultados revelan la inseguridad socioeconómica de las mexicanas en EU, en especial cuando asumen el rol de jefas de hogar ("La migración femenina mexicana a Estados Unidos. Tendencias actuales. Boletín No. 1, 2013", Consejo Nacional de Población).

De los 2.1 millones de hogares encabezados por mexicanas en ese país casi la mitad (40 por ciento) son unidades domésticas con jefas mexicanas pobres.

Los hogares con hijas e hijos menores de 18 años son especialmente vulnerables, así como en el caso de hogares monoparentales; más de la mitad tiene entre cuatro y seis miembros y existe una relación directa entre número de miembros y pobreza.

El 61.6 por ciento de las migrantes viven en California y Texas, pero su presencia se ha diversificado a estados como Illinois y Nueva York. Su crecimiento es impresionante: en 42 años pasaron de 436 mil (1970), a 5.5 millones para 2012; entre 2007 y 2012 duplicaron su participación al pasar de 12 a 26 por ciento.

Es un hecho: la migración activa de las mujeres – en busca de empleo– ha crecido considerablemente; desde esta perspectiva se ha feminizado la migración, es un fenómeno cualitativamente diferente.

1) La migración de las mujeres no es exclusiva de las casadas; existe una importante participación de mujeres solteras.

2) Las mujeres no sólo emigran para reunirse con su familia, también las motivan razones económicas y laborales.

3) Hay evidencia de estudios que demuestran que las mujeres se incorporan al mercado laboral estadounidense.

4) La mujer migrante es un actor social que no responde mecánica ni uniformemente al desarrollo de las estructuras de ambos países. (Ofelia Woo M., investigadora del Colegio de la Frontera Norte, 1997).

Sin embargo, como afirma Hondagneu Sotelo (2011), a diferencia de la migración masculina que refuerza su papel de proveedor y mantiene un control transnacional de su familia, las mujeres migrantes asumen con enormes dificultades el rol de proveedoras y en muchos casos contemplan la separación de su familia y de sus hijas e hijos.

Es una migración forzada, provocada en gran medida por la violencia económica. El factor de expulsión sigue siendo el mercado laboral, muy en especial los salarios y el desempleo. En México los salarios son muy bajos y siguen perdiendo poder adquisitivo.

De acuerdo con cifras del Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (Coneval), en el segundo trimestre del año el Índice de la Tendencia de la Pobreza Laboral muestra un alto crecimiento de 2.63 por ciento, respecto al mismo periodo de 2013.

Para el lapso comprendido entre 2005-2014 (nueve años), el crecimiento más significativo de este indicador corresponde al ámbito urbano, con un altísimo 26 por ciento (ver gráfica).

Como es sabido, este indicador muestra la tendencia del porcentaje de personas que no puede adquirir la canasta alimentaria con el ingreso laboral. Si el índice sube, significa que aumenta el porcentaje de personas que no pueden comprar una canasta alimentaria con su ingreso laboral.

Por su parte, el ingreso laboral per cápita – deflactado al costo de la canasta alimentaria, a precios de 2010– muestra una sensible caída de 32 por ciento sólo durante los últimos nueve años.

Significa que para las y los trabajadores hoy la canasta alimentaria de Coneval (que es mínima)

cuesta 32 por ciento más, o bien que para mantener el mismo nivel de consumo alimentario necesitan incrementar su salario per cápita en un 32 por ciento, cosa que no ha sucedido y difícilmente sucederá. Esto es pobreza, específicamente pobreza alimentaria.

En estas circunstancias es más que explicable que las mexicanas busquen una ventana de oportunidad en la economía de EU; es una migración forzada y lo que encuentran es pobreza y discriminación.

Las migrantes experimentan una doble discriminación por ser mujeres y extranjeras, y son empleadas en los trabajos peor remunerados.

Frecuentemente, ellas sufren aislamiento, explotación y acoso sexual, y pueden pasar años sin ver a sus hijas e hijos y seres queridos que dejan en el país de origen, a la vez que se les culpa de haberlos “abandonado”. (“Aproximaciones al conocimiento cuantitativo y de identidades de las mujeres en la migración”. Incide, Sin Fronteras, 2014)

Fonte: <http://www.cimacnoticias.com.mx/node/67489> - 02.09.2014

La “suerte” de las refugiadas sirias en Iraq

Shelly Kittleson

Las madres y las embarazadas sirias en el mayor campo de refugiados del Kurdistán iraquí son consideradas relativamente afortunadas.

El número oficial de refugiados sirios superó los tres millones a fines de agosto. Las mayores concentraciones se encuentran en Líbano, con 1,1 millones de personas, Turquía, con más de 800.000, y Jordania, con más de 600.000. En todos los casos hay una fuerte preocupación por la escasez de servicios de salud para las embarazadas.

En Líbano, por ejemplo, que alberga al mayor número de desplazados sirios, 76 por ciento de los cuales son mujeres y niños, la Agencia de la ONU para los Refugiados tuvo que reducir en 2013 su cobertura del gasto de los partos de 100 a 75 por ciento, debido a la escasez de fondos.

Mientras, el campamento de Domiz, en la norteña provincia iraquí de Dohuk, aloja a más de 100.000 personas, en su mayoría kurdos sirios, pero está en una zona geográfica, Iraq, con una cobertura de 189 por ciento de sus solicitudes de financiación de ayuda humanitaria en 2014.

Por el contrario, el Plan de Respuesta Humanitaria para Siria tiene apenas un 33 por ciento de

cobertura en su vasta zona geográfica, que incluye a Siria, Iraq, Jordania, Líbano y Egipto.

Aunque algunas personas en el campamento de Domiz viven en tiendas de campaña en los extremos del recinto, con poco acceso a los servicios básicos de saneamiento, otras residen en pequeñas instalaciones similares a contenedores junto a tiendas de ropa y de comestibles, y gozan del derecho a la asistencia sanitaria pública.

Esto no implica que reciban atención médica de calidad, sin embargo. Halat Yousef, una joven madre que habló con IPS en Domiz, dijo que tras un parto anterior que tuvo en Siria se le indicó que en el futuro sus hijos tendrían que nacer por cesárea.

Pero cuando llegó al hospital público de Dohuk no le dieron cama, le indicaron que regresara en una semana y que tendría que dar a luz normalmente. También le informaron que tenía hepatitis.

Por suerte, su marido se dio cuenta de la gravedad de la situación y la llevó a la capital, donde de inmediato le realizaron una cesárea y concluyeron que no tenía hepatitis. IPS se reunió con ella cuando salía de la clínica de salud del campamento con su bebé de 10 días en brazos.

Hasta hace poco, muchas madres simplemente daban a luz en las tiendas de campaña. Pero el 4 de agosto, la organización humanitaria Médicos sin Fronteras (MSF) abrió una unidad de maternidad en el campamento que ofrece chequeos prenatales, servicios de parto por parteras capacitadas por la organización y vacunas posnatales proporcionadas por el personal, integrado por refugiados.

Las embarazadas también reciben información sobre lactancia materna y consejos de planificación familiar, explicó el jefe del equipo médico de MSF en el campo, el mexicano Adrián Guadarrama.

MSF calcula que cada año nacen 2.100 niños y niñas en el campo, además de los nacidos de refugiadas fuera del mismo.

El Fondo de Población de las Naciones Unidas (UNFPA) proporciona desde hace mucho tiempo kits de parto seguro a los profesionales médicos. También trabaja para prevenir el embarazo no deseado y ofrece anticonceptivos a quienes lo soliciten, garantizando así que los embarazos sean planificados, deseados y seguros.

Los kits contienen una pastilla de jabón, una lámina de plástico transparente para que la mujer se acueste, una hoja de afeitar para cortar el cordón umbilical, un lazo esterilizado para atar el cordón umbilical, una manta para abrigar a la madre y al bebé, y guantes de látex.

El coordinador humanitario del UNFPA, Wael Hatahet, dijo a IPS que hasta el momento los programas destinados a los refugiados sirios en el Kurdistán iraquí recibieron fondos suficientes para cubrir los servicios necesarios, y que por eso "la situación ya no es de emergencia" para ellos.

Una buena parte del crédito corresponde, según Hatahet, al gobierno regional del Kurdistán, que a pesar del drástico recorte de fondos públicos del gobierno central como parte de un tere y afloje entre ambos, continúa dando su apoyo a los refugiados sirios que vienen principalmente de zonas kurdas fuera de Iraq.

Muchos residentes expresaron su insatisfacción con IPS por lo que consideran el "trato privilegiado" que reciben los refugiados sirios mientras que ven

como mucho mayor el padecimiento de una gran cantidad de personas desplazadas que llegaron a la región en los últimos meses, después de que el grupo extremista Estado Islámico (EI) conquistara vastas extensiones del territorio iraquí en junio.

Incluso Hatahet, él mismo de origen sirio, aseguró haber visto a "desplazados internos iraquíes que llevan la misma ropa desde hace 15 días".

"Obviamente tratamos de apoyarles con ropa" y otros elementos, "pero es muy, muy triste" su situación, subrayó.

Sin embargo, también precisó que "casi todas las operaciones destinadas a los desplazados internos tienen el apoyo del Fondo Saudita para el Desarrollo", por un total de 500 millones, "que es estrictamente para los desplazados internos y no para los refugiados" de otras partes.

Hatahet expresó la preocupación de que si la atención se desplaza hacia los desplazados internos iraquíes, podría traducirse en el retroceso de los logros que alcanzó esta área geográfica con respecto a la crisis de refugiados de Siria.

El funcionario dijo que la comunidad internacional debe recordar que "tenemos 100.000 refugiados dispersos dentro de la comunidad de acogida" y no solo en los campamentos.

La oficina turca del UNFPA dijo a IPS que "se calcula que alrededor de 1,3 millones de refugiados sirios ingresaron a Turquía, de los que solo una quinta parte se quedan en los campamentos debido al espacio limitado. De ellos, 75 por ciento son mujeres y niños menores de 18 años".

"Las mujeres y las niñas en edad reproductiva, en situación de guerra y desplazamiento son especialmente vulnerables a la violencia de género, incluida la violencia sexual, el matrimonio precoz y forzado, embarazos de alto riesgo, abortos inseguros, partos de riesgo, escasez de servicios de planificación familiar y de productos básicos, y enfermedades de transmisión sexual", explicó.

Fonte: <http://www.ipsnoticias.net/2014/09/la-suerte-de-las-refugiadas-sirias-en-iraq/> - 19.09.2014

Expulsadas de EEUU y separadas de sus hijos por una frontera

José Pedro Martínez / Celia Zaragoza

Yolanda pasó las últimas horas del 2010 desnuda en la garita fronteriza de la ciudad mexicana de Tecate, después de un encontronazo con agentes

de aduanas que terminaron rompiendo su visa de turista cuando se disponía a pasar con normalidad el puesto de control. "Me tocaron en todos los

lugares en los que creían que podría llevar algo escondido, me trataron como si fuera una narcotraficante".

Una oficial le apretó las esposas con saña y en el camino al autobús de traslado a Tijuana le dislocó un hombro. Tras dos días recluida en una hedionda celda llena de mujeres de diversas nacionalidades, le dieron un papel de deportación y una expulsión instantánea a México, de donde había salido 17 años atrás. Desde entonces, no ha vuelto a ver a su hija, que se quedó en San Diego esperando que alguna de las dos regularizara su situación legal.

Elizabeth, migrante guatemalteca, y sus dos hijos también están atrapados en Tijuana desde hace dos meses. Esta madre soltera espera a obtener un visado que le permita cruzar la frontera con sus pequeños, nacidos durante los siete años que vivió indocumentada en Estados Unidos. Mientras, viven en un refugio junto a unos cuarenta hombres deportados y a otra mamá y sus tres retoños. "Después de tener a mis niños salí para ver a mi madre por última vez, que estaba muriendo de cáncer en Guatemala. Ahora no puedo regresar aunque ellos tengan la ciudadanía".

Como ellas, miles de mujeres están siendo separadas de sus familias víctimas de las políticas migratorias, dejando a sus hijos en Estados Unidos. En México inician un proceso burocrático largo, costoso y casi siempre infructífero para conseguir un visado. La batalla legal es demasiado difícil incluso para los progenitores de ciudadanos norteamericanos, por lo que Elizabeth busca la forma de enviar a los menores a Los Ángeles para contratar a un pollero que la cruce por el desierto.

La separación forzosa de familias causa un profundo impacto en los menores, que deben salir adelante viviendo solos o con otros parientes. Las madres, por su parte, se enfrentan al aislamiento, depresión y ansiedad constantes de no estar criando a sus hijos y no tener la capacidad económica para mantenerlos adecuadamente, a lo que se suma una absoluta falta de apoyo institucional. En torno a 35 de estas mamás en situación de abandono formaron el grupo

Dreamers Mom's USA-Tijuana, que les sirve para compartir sentimientos y coordinar acciones de asesoramiento y protesta.

En Estados Unidos vive toda una generación de jóvenes en situación de exclusión y desigualdad social porque, al nacer al sur de la frontera, carecen de documentación legal. Son los hijos de migrantes latinoamericanos que llegaron al país de la mano de sus padres siendo muy pequeños.

Pocos conservan recuerdos de su pasado en México o Centroamérica. Conocidos como Dreamers, han vivido toda su vida como estadounidenses y llevan años exigiendo el reconocimiento de su ciudadanía.

Los Soñadores lograron la creación del programa DACA (Acción Diferida para los Llegados en la Infancia, por sus siglas en inglés), que les permite trabajar mientras están estudiando e iniciar durante este periodo el proceso de obtención de visado. Sin embargo, este marco jurídico se queda corto por la complejidad de cada caso concreto. Las Dreamers Mom's luchan por su incorporación a este programa, de forma que no puedan ser deportadas mientras sus hijos sean estudiantes.

Con unas dos millones de deportaciones efectuadas durante su gobierno y dos legislaturas desperdiciadas para lograr la aprobación de la Reforma Migratoria prometida, Barack Obama ha perdido el respaldo del voto latino. Esta ha sido la principal razón del triunfo del Partido Republicano en las recientes elecciones, en las que han logrado hacerse con la hegemonía en el Senado y ampliar su representación en la Cámara de Representantes. Pese al varapalo electoral, las Dreamers Mom's no pierden la esperanza y confían en que de una u otra forma la sociedad estadounidense superará los prejuicios raciales y la posición inmovilista de la derecha. El mismo Obama ha vuelto a prometer que realizará "acciones legislativas concretas" sobre migración antes de que acabe el año.

Compañeras en la lucha, madres en el sentimiento

Las Dreamers Mom's comparten el miedo y el desconocimiento por el bienestar presente y futuro de sus hijos, el temor ante los peligros a los que se enfrentarán para volver a reunirse con ellos y la desesperación por el tiempo que tendrán que esperar hasta lograrlo. Muchas de ellas también tienen en común un pasado de abusos y violencia intrafamiliar, aunque ni en México ni en Estados Unidos han merecido una consideración especial por ello. Son los casos de Yolanda y Elizabeth, que hace algunos años, mientras vivían en Estados Unidos, interpusieron demandas por agresión contra su ex parejas pero que, hasta el momento, no les ha servido para que la Corte permita su reingreso en el país.

"Trabajé con visa de turista y lo calificaron como fraude. Me castigaron como si hubiera llevado drogas o matado a alguien. Mi único delito fue trabajar y sacar a dos niños adelante yo sola", afirma Yolanda, coordinadora de las Dreamers Mom's USA-Tijuana desde mayo de 2013 y que

continúa luchando por su caso con los escasos recursos que tiene. Pero la espera se hace demasiado larga cuando ve que sus hijos están creciendo sin ella. "Yo voy a regresar con ellos, tengo que hacerlo. Mucha gente me dice que me quede, que ya son grandes, pero no me importa. Son lo único que tengo y no me voy a quedar aquí. Tarde o temprano, si no es de una manera será de otra, pero voy a regresar".

Las leyes y trabas burocráticas son, si cabe, más duras en México, especialmente para los migrantes de origen centroamericano. Después de regresar a Guatemala para enterrar a su madre, Elizabeth tardó tres meses en atravesar México junto a sus pequeños de 4 y 6 años subidos en "la Bestia". Durante el trayecto, fueron asaltados por un grupo armado del cártel de los Zetas que le robaron los documentos y lo poco que traían consigo.

Ya en Tijuana, se encuentra estancada en un laberinto jurídico entre tres países: tras perder sus identificaciones durante el viaje, no tiene forma de demostrar que los niños son suyos y tampoco tiene pasaporte guatemalteco ni visado de turista en México. Ahora, el principal objetivo de esta madre soltera es recuperar la documentación estadounidense de sus hijos a través del consulado de la ciudad, pero tiene miedo de que el gobierno se quede con la custodia y que ella sea deportada.

Obligada a casarse con su pollero

Gladis dejó a sus tres hijos en Guatemala y atravesó México con la esperanza de iniciar una vida mejor para ella y su familia en California. Una vez en Tijuana, fue secuestrada durante meses por su pollero, con quien terminó casándose en contra de su voluntad. Fruto del matrimonio forzado quedó embarazada de dos niñas (que nacieron en Estados Unidos por exigencia del padre), y de

otros dos niños. Un largo historial de malos tratos hacia ella y los menores culminó con el secuestro de las dos pequeñas, a quienes lleva buscando doce años sin ayuda de las autoridades mexicanas.

Aunque denunció el secuestro y desaparición en numerosas ocasiones ante el DIF (Desarrollo Integral de la Familia, servicios sociales en México), procuradurías y juzgados, todas y cada una de sus llamadas de auxilio fueron rechazadas. "El Delegado de inmigración me dijo que me callara, que los extranjeros solo íbamos a molestar". Ahora, su única opción es armarse de paciencia hasta conseguir un visado que le permita entrar a Estados Unidos, donde cree que se encuentran.

Tijuana no dispone de suficientes albergues para atender las demandas de la enorme población migrante, los Servicios Sociales no cuentan con verdaderos programas de actuación y aún existen menos recursos para mujeres y menores. La falta de planificación del gobierno mexicano para la recepción de las decenas de personas que son diariamente deportadas es claramente visible en la frontera. "Cuando me sacaron no había nadie fuera que me dijera dónde podía acudir o qué podía hacer. Llamé a una amiga que vivía en Tijuana. Gracias a ella no me quedé en la calle", explica Yolanda sobre su reingreso a México.

Estas historias ilustran cómo las mujeres migrantes, que escapan de la pobreza y la violencia de sus países, se enfrentan a los peligros de una tierra desconocida, donde son acosadas por autoridades y grupos criminales y sufren la vulneración de sus derechos más elementales por carecer de cualquier forma de protección gubernamental.

Fonte: http://www.eldiario.es/desalambre/Dreamers-Moms-separadas-frontera_0_321968642.html - 09.11.2014

ITALIANO

Storia ed evoluzione dell'immigrazione femminile

Immigrazione femminile e apprendimento trasformativo

Anna Maria Donadoni

Nelle ricerche a livello europeo relative alla crescita dei flussi migratori negli anni cinquanta e sessanta, le donne, quantitativamente poco numerose, sono

considerate fattori non decisivi e non caratterizzanti l'esperienza migratoria. E' a partire dagli anni Settanta, grazie alla trasformazione delle politiche

migratorie in Europa e ad un'attenzione nuova per la condizione delle donne derivante dallo sviluppo degli *women's studies* che viene sempre più ad incrementarsi l'interesse della letteratura su questo argomento. Proprio in questi anni si evidenziano i primi spostamenti internazionali e di lungo periodo di donne africane e asiatiche, i quali sostengono l'ipotesi di una nuova autonomia femminile nei processi migratori, dettata dalla ricerca di una maggiore identità lavorativa e sociale.

L'Italia ha avuto fin dall'inizio del fenomeno migratorio, caratteristiche peculiari rispetto alla composizione per sesso degli immigrati, se paragonata ad altri Paesi europei, meta da più tempo dei flussi migratori. Troviamo infatti nel nostro Paese le donne già all'inizio del fenomeno. Durante gli anni Settanta è avvenuto l'arrivo delle "pioniere". Donne giunte in Italia come domestiche fisse, appartenenti ad alcuni gruppi: eritree, latino-americane, capoverdiane. I principali canali di arrivo erano costituiti dalle famiglie di ex-coloni rientrati in Italia (eritree) o dalla mediazione svolta da gruppi di suore e di religiosi. Nel corso degli anni Ottanta, è continuato in misura rilevante l'arrivo delle donne "attive": capoverdiane, latino-americane e ancora eritree, ed è aumentato notevolmente il numero delle donne filippine, che giungevano grazie all'intermediazione di agenzie più o meno regolari. Si consolidano in questo periodo i reticoli informali di sostegno all'immigrazione femminile: le donne immigrate in precedenza preparano e organizzano la partenza e l'accoglienza delle parenti e amiche, che vanno a occupare i posti di lavoro lasciati dalle vecchie immigrate. L'effetto di richiamo di donne afro-asiatiche in Italia, è spiegato da motivazioni non solo economiche e di mercato del lavoro nei paesi di origine e in quelli di accoglienza ma anche da fattori culturali connessi, ad esempio, ai processi di emancipazione femminile.

Nel corso degli anni Settanta, i processi di emancipazione femminile vengono letti in relazione all'inserimento delle donne italiane nell'ambito occupazionale e con la conseguente svalutazione sociale delle attività domestiche. Per le donne straniere, questo avrebbe alimentato la domanda di lavoro a fronte di una bassissima offerta e, la certezza di trovare un impiego nei settori tipicamente considerati femminili, (pulizia, cucina anche in strutture turistiche) avrebbe spinto la donna afro-asiatica ad affrontare uno spostamento intercontinentale. All'interno delle famiglie di classe sociale medio-alta delle aree urbane del centro-nord e all'interno dei ceti della piccola e media borghesia del meridione, la lavoratrice immigrata

fungerebbe da surrogato efficace al ruolo della domestica a tempo pieno, cui vengono delegate non le sole mansioni ordinarie di pulizia ma anche quelle di gestione di parte dell'economia familiare e di assistenza degli anziani e dei minori ad una cifra contenuta, a fronte di un impegno continuativo "giorno e notte" e di tipo residenziale. E' evidente come la domanda di lavoro che si riversa sulle immigrate sia assai più ampia che in passato, in quanto strettamente legata alle trasformazioni della famiglia, all'invecchiamento della popolazione, all'accresciuta presenza delle donne nel mercato del lavoro e dall'incapacità di un sistema pubblico di organizzazione di un welfare a fronte di nuovi bisogni sociali.

Gli anni Novanta sono caratterizzati dalla presenza delle donne del ricongiungimento familiare, specialmente nella seconda metà del decennio, donne che arrivano per essere ricongiunte: le mogli, quelle del ruolo tradizionale nell'emigrazione, quelle identificate semplicisticamente come le donne velate. Si tratta in prevalenza di donne provenienti dai Paesi Arabi: egiziane, tunisine, marocchine. In questi anni il ricongiungimento è attivato anche dalle donne che ricongiungono il marito e i figli, sono le donne pioniere, che erano partite per prime. Sono anche gli anni della grande visibilità delle donne, gli anni della sovraesposizione delle donne straniere nel nostro Paese, sono gli anni della tratta e della prostituzione. Le donne che si inseriscono in modo più o meno cosciente in questo settore provengono dapprima negli anni 1989/90 dai paesi dell'Est, mentre nel periodo 1991/92 arrivano dalla Nigeria, poi negli anni 1993/94 dall'Albania e ancora dai paesi dell'Est, successivamente dai paesi del Sud America. A fianco di queste donne si collocano poi le ballerine, le cantanti, coloro che lavorano nei locali notturni e negli appartamenti privati. Gli anni '90 sono anche anni in cui la segregazione occupazionale si riduce ulteriormente. Le donne continuano a fare il lavoro di cura, ma trovano occupazione nelle imprese di pulizia, cominciano anche a fare impresa, entrano in piccole cooperative, fanno lavoro autonomo come ambulanti, specialmente per l'ethnic business, vi sono anche ditte individuali ideate da donne. Oltre che una presenza nel terziario (servizi pubblici), vi è anche un incremento nell'industria come operaie generiche.

Alla fine degli anni '90, inizio del nuovo millennio, assume grande visibilità, per l'impatto che ha sul nostro welfare, un gruppo particolare di donne che svolgono lavoro di cura: le cosiddette badanti. Con tale termine si intendono le donne della migrazione

che accudiscono persone anziane sole e non autonome o individui disabili. Esse provengono dalla Moldavia, Polonia, Romania, Russia, Ucraina, tre su quattro sono coniugate, il 51% ha superato i quarant'anni, il 18% è laureato e il 40% ha una scolarizzazione superiore. Guadagnano venti, trenta volte di più di quello che potrebbero guadagnare al loro paese, anche svolgendo la

professione di medico o ingegnere. Un ultimo gruppo di donne che arrivano alla fine degli anni '90 anche a causa dei numerosi conflitti bellici, religiosi, culturali che interessano il nostro pianeta è costituito dalle donne rifugiate.

Fonte: <http://www.tesionline.it/consult/brano.jsp?id=28958> - 13.11.2013.

Il coraggio delle donne migranti

Francesca Bellino

Margarita, Elsa, Daisy, Neda e Gloria mi hanno sorpreso e mi hanno messo allegria. Non solo per la loro creatività, ma per il loro ottimismo. Sono tutte arrivate in Italia senza nulla e dal nulla hanno costruito il loro tesoro aprendo delle imprese.

Le donne migranti imprenditrici sono un fenomeno nuovo, potente, vincente e in crescita. Le impresarie straniere, rispetto alle italiane, sono più coraggiose, vitali e anche spericolate. Spesso non hanno nulla da perdere, allora ci provano, rischiano, ricominciano tutto da capo e oggi in Italia rappresentano una fonte d'innovazione e di sviluppo economico.

Ho incontrato Margarita, Elsa, Daisy, Neda e Gloria al secondo evento organizzato dall'associazione Strane Straniere a Roma, al Circolo degli artisti domenica scorsa, curato da Sahra Zuhra Lukanic e Maria Antonietta Mariani, che si occupa proprio di scovare e valorizzare le donne migranti che fanno impresa. Margarita è arrivata dalla Colombia e, dopo aver lavorato per il marchio Valentino, oggi è la titolare della "Clinica dei vestiti", una sartoria che "ridà vita agli abiti" che è riuscita ad avviare grazie al prestito di un'amica di 5mila euro. Gloria, nigeriana, ha rilevato una tipografia e oggi lavora anche per la creazione di gadget. Daisy, indiana, è arrivata in Italia grazie a una borsa di studio in medicina ayurveda e ci è rimasta per diffondere "la saggezza della sua terra" e ha fondato una scuola ayurveda "frequentata da tanti italiani molto interessati". Elsa, peruviana, nel suo Paese era una docente di filosofia. È venuta a Roma per curarsi, poi ha incontrato l'amore e oggi ha un'impresa di catering di cucina peruviana e consiglia a tutti di usare la quinoa che "fa bene alle rughe e rafforza le difese immunitarie". Neda, iraniana, diplomata all'accademia delle belle arti, invece, ha fondato "una boutique di bellezza" insieme a un'italiana e dà pure lavoro a quattro italiani.

Le storie di Margarita, Elsa, Daisy, Neda e Gloria non sono un'eccezione. Sono una realtà in aumento. Le donne migranti lavorano più delle italiane e anche più degli uomini migranti. Mandano soldi nei loro Paesi di origine tanto da essersi "guadagnate" il soprannome di "mamme-bancomat" perché la maggior parte di loro ha figli e sempre più spesso li lascia a casa invece di portarli con sé (in molti casi per occuparsi dei figli degli altri).

Nell'enorme e variegato microcosmo delle donne migranti, però, ci sono anche quelle che non trovano una strada, che continuano a soffrire specie se sono arrivate dal mare, magari in stato di gravidanza avanzata.

E sono fortunate quelle che portano in grembo il figlio dell'amore, perché la maggior parte è spesso gravida per colpa di violenze subite durante il "Viaggio" verso l'Europa che può durare anche anni. Mi ha commosso la storia di Rose, nigeriana, 22 anni, raccolta dal giornalista Rai Valerio Castaldi e mostrata durante il dibattito "Oltre la frontiera. Quale accoglienza per le donne migranti" organizzato il 3 marzo in Campidoglio dal Comitato 3 ottobre.

Rose è stata costretta a fuggire dal suo Paese perché innamorata e incinta di un ragazzo che la famiglia non accettava. Durante il "Viaggio" lei e il marito sono stati separati. Lei è arrivata in Italia da sola, ha partorito qui e ha chiesto aiuto al governo italiano. La sua voce è solo una delle tante registrate e amplificate dal Comitato 3 ottobre nato per far riconoscere la data del 3 ottobre - giorno in cui nel mare di Lampedusa sono morti 366 migranti - come "Giornata nazionale della memoria e dell'accoglienza" e per migliorare la vita dei migranti. Il Comitato ha elaborato anche una proposta di legge già presentata alla Camera, sottoscritta finora da 40 parlamentari, e hanno raccolto 25.337.

Per questo 8 marzo è giusto festeggiare la forza e il coraggio delle donne migranti che portano con sé sempre un carico maggiore di dolore e hanno

bisogno di un'accoglienza più attenta e sostenere il Comitato 3 ottobre per il suo grande impegno.

Fonte: http://www.huffingtonpost.it/francesca-bellino/il-coraggio-delle-donne-migranti_b_4903429.html - 07.03.2014

Immigrazione: cento donne straniere a scuola lingua italiana

Progetto ateneo Palermo, tra studentesse anche vittime tratta

Importante riconoscimento della qualità dei percorsi di inclusione sociale che ormai da anni vengono realizzati dalla Scuola di Lingua italiana per Stranieri dell'Università di Palermo. Il suo progetto "I Saperi per l'inclusione" è risultato vincitore di un bando del Ministero dell'Interno - Dipartimento per le Libertà civili e l'Immigrazione (Fondo Europeo per l'Integrazione di cittadini di Paesi terzi). Si tratta dell'unica Università ammessa al finanziamento ed una delle poche realtà del Sud fra le migliaia di progetti presentati da Onlus ed Enti territoriali.

Il progetto permetterà a cento donne immigrate che vivono a Palermo, tra cui vittime ed ex vittime della tratta, di seguire un percorso integrato di formazione linguistica e civica e di essere avviate al lavoro attraverso due corsi professionali: uno per la gestione di strutture di accoglienza e l'altro di taglio e cucito. I prodotti del laboratorio di sartoria saranno venduti attraverso un portale di e-commerce realizzato dall'agenzia di comunicazione Kappaele, che si occupa del merchandising ufficiale dell'Ateneo di Palermo ed è partner del progetto presentato dal Dipartimento di Scienze Umanistiche insieme al Comune di Palermo, la Biblioteca delle Balate, le associazioni Pellegrino

della Terra, Casa di tutte le genti e Incontrosenso, l'Istituto Comprensivo Perez-Calcutta e il Ctp La Masa-Federico II. "L'importanza del progetto sta nel coniugare inclusione linguistica e inclusione sociale attraverso un percorso articolato che vede le donne protagoniste e che potrà proseguire in futuro utilizzando i proventi della vendita dei prodotti dei laboratori che entreranno anche nei circuiti universitari - dichiara Mari D'Agostino, referente del progetto e direttrice della Scuola di Lingua italiana per Stranieri. - Siamo particolarmente felici di questo successo che ci consente di sostenere il nostro impegno nei confronti del mondo dell'immigrazione e in particolare delle categorie più vulnerabili, in questo caso le donne analfabete e vittime della tratta. Lavoreremo in sinergia con realtà con le quali collaboriamo quotidianamente da anni come le scuole, la Biblioteca delle Balate e l'ufficio Nomadi e Immigrati del Comune di Palermo, preziosi alleati e direi compagni di strada in questo ed altri progetti che vedono l'Università arricchirsi anche di idee e progettualità scientifica". (ANSA).

Fonte: http://www.ansa.it/sicilia/notizie/2014/07/03/immigrazione-cento-donne-straniere-a-scuola-lingua-italiana_21118ceb-8162-45f9-b9ec-e4db3098cbfd.html - 03.06.2014

Donne di Mondo: Storie di donne Italiane all'estero

Emigrare coniugato al femminile, le storie di donne italiane immigrate all'estero che si raccontano su una pagina facebook da cui nasce l'idea di un libro

Daina Jasmine Ventura

Ovvero, quando a fare la scelta di vivere all'estero sono le donne: sempre più spesso è proprio il cosiddetto "sesso debole" ad avere il coraggio di emigrare o essere il motore principale a fare le valigie e decidere di partire per un lungo viaggio di riflessione o per ricominciare tutto da capo.

Su facebook c'è una pagina dedicata proprio a loro: le Donne che Emigrano all'Estero che ha già molti seguaci e non solo di sesso femminile; dove le donne che sono andate a vivere all'estero si raccontano, danno consigli e dritte a chi sogna di farlo, fanno coraggio a quelle che vorrebbero ma sono ancora frenate da timori, danno contatti,

aiutano a trovare casa e lavoro, asili nido o scuole nelle nazioni dove loro già vivono e lavorano, magari da sole e con figli. Non creano false illusioni e ridimensionano le aspettative esageratamente ottimistiche. Ma soprattutto tessono una tela coloratissima di esperienze e sanno di non essere sole...

Chi si è trasferita per amore, chi per lavoro, chi per curiosità: Alcune sono andate a vivere proprio sull'"isola che non c'è" che invece loro hanno trovato, come Katia che vive alle Seychelles, reinventandosi con creatività nel settore turistico. Tiziana ha vissuto in Brasile per diversi anni con

due figlie, di cui una disabile. Oggi, rientrata in Italia, dice di essere una donna diversa: il Brasile le ha insegnato molto, ed anche sua figlia che si era finalmente sentita "normale" grazie al rispetto ed alla solidarietà dei brasiliani, ora è più forte e non accetta più passivamente nessuna discriminazione. Poi c'è Milena che è business-woman a Dubai, Emirati Arabi. No, dico vi rendete conto? È riuscita ad avere un ruolo manageriale di rilievo in un paese in cui per antonomasia le donne sono considerate poco più di niente... K. che vive in Cile, ama viaggiare da sola ed ha incontrato un'altra Italiana che ha aperto un ristorante Sardo a Bogotà, in Colombia. Daniela invece insegna Italiano in Giappone pur facendo anche la mamma a tempo pieno. Annamaria gestisce immobili a Zanzibar e Paola in Svezia importa il Made in Italy... Ylenia che invece voleva emigrare negli Stati Uniti ed invece per amore si è ritrovata a lavorare e vivere a Vancouver, in Canada, ha scoperto che non è poi così male... Anna invece ha realizzato il suo sogno americano, ha 25 anni e sta terminando gli studi di interprete e naturopata a Los Angeles... Francesca scrive libri per ragazzi, fa la traduttrice e drammaturga a Buenos Aires. Quando è arrivata le chiedevano tutti se era lì per il tango... e lei rispondeva: "No, figurati non so ballare..." invece adesso è una tanguera assidua ed appassionata...

Oppure Claudia, 30 anni, di Cagliari: ci racconta che dopo la laurea alla famosa e formosa Mamma Bocconi, da 7 anni vive in giro per l'Europa alla ricerca di qualche cosa che non ha ancora trovato. Spinta da una forte determinazione nel voler prendere il volo oltre i confini di quel paese che sente ancora nel sangue ma che non riconosce più allo specchio. Già nel 2008 in Italia il lavoro non si trovava e l'indipendenza economica totale faticava ad arrivare. Il poter essere responsabile delle proprie scelte, degli sbagli come dei successi. Le stava stretto il contesto sociale in cui stava crescendo e non sentiva suoi i valori che ormai facevano da esempio alla sua generazione: la raccomandazione senza nessun tipo di competenza, l'appartenenza ad una casta stantia e ammuffita, la droga per non accettare il tempo che passa, l'uso spropositato della femminilità come strumento di vendita.

Sarà stato l'Erasmus a Lisbona che le ha aperto gli occhi, sarà stata l'atavica curiosità verso il diverso,

Donne e Immigrazione : La Storia di Tanya

Il napoletano ignorante, l'immigrato ladro, la donna una poco di buono.

sta di fatto che ora vive a Berlino da ormai tre anni, dopo un piccolo tour per l'Europa, lavorando per grosse multinazionali e incontrando centinaia di persone, alcune in giro da molto più tempo di lei, altre appena arrivate.

Ciascun luogo in cui si vive insegna sempre qualche cosa, lasciando spesso sull'anima una piccola cicatrice che ci si porterà dietro tutta la vita...

Vivere all'estero significa mettersi in gioco ogni singolo giorno, professionalmente e personalmente.

Costruire non è facile, ovunque lo si voglia fare ci si deve mettere pazienza, coraggio e tenacia.

Costruire all'estero vuol dire prendere decisioni spesso in una lingua diversa, scegliere la strada giusta su una cartina che non conosci. Assumersi la responsabilità e le conseguenze della scelta iniziale, che a volte torna indietro come un boomerang. Ma ancora oggi la sua risposta è: "non potevo fare scelta migliore". Non è tutto oro, che questo sia chiaro, ma non è neanche così impossibile.

Sono sette anni ormai che vede l'Italia tramite gli occhi di una che sta fuori dalla gabbia.

Vede l'Italia sulla cartina del mondo: un tacco in mezzo all'acqua, unico stivale terrestre, che fatica a farsi strada nella melma in cui si è messo...

Dove è l'Italia, oltre ad occupare posizioni di prestigio nelle classifiche dei posti più belli del mondo? Continuiamo a cercarla, anche tra le Italiane all'estero che si incontrano su facebook nelle pagine create da loro.

Da queste pagine è nata l'idea di immortalare nero su bianco, la storia di queste donne, capitate coraggiose che sono già salpate per altri lidi. Ora stanno raccogliendo i fondi per realizzare un ambizioso progetto editoriale: il libro delle Donne che Emigrano all'Estero ed un sito.

Sul portale di crowdfunding Eppela è possibile sostenere il progetto di donne che portano nel mondo storie e vite reali, gioie e difficoltà di questo universo femminile che non si ferma mai.

Donne di mondo: storie di donne italiane all'estero

Fonte: <http://www.travelweare.com/it/magazine/donne-di-mondo-storie-di-donne-italiane-all-estero.html> - 04.10.2014

Questo è un pregiudizio. Questo è uno stereotipo. Questo è sbagliato.

La storia della nostra città è una storia di accoglienza, ne sono fermamente convinta. Amiamo questa terra e soffriamo del suo abbandono, ci farciamo da sempre di indignazione quando è maltrattata, siamo visceralmente legati al suo profumo e all' infinita quantità di umanità che sa dare. Napoli è la nostra terra e ci sono radici che non puoi tagliare, mai. Ma se questo vale per noi, fermiamoci un attimo a riflettere quanto lo stesso concetto valga per un altro popolo. I sentimenti ci accomunano tutti e spazzano via colori ed idiomi.

Lasciare di prepotenza il ventre che ti ha nutrito perché allo stesso modo sta per distruggerti. Emigrare non è facile per nessuno, tenetelo ben presente. Abbandonare la terra su cui hai mosso i primi passi, rinunciare a sentire il suono della lingua che hai imparato per prima a parlare ed accantonare le tradizioni che ti hanno plasmato. E' la lotta per la vita. Morire nel niente o tentare e sperare.

Questa è la storia di una donna che non si è arresa alla disperazione, che con le unghie e con i denti si guadagna il suo angolo di serenità e chissà, chissà se le spetta la felicità.

Tanya, ucraina, collaboratrice domestica.

Tanya è gentile, educata, gran lavoratrice. Lontana anni luce dal binomio "donna dell'est- ruba mariti" ha bellissimi capelli neri che nasconde in una treccia castigata, non si trucca mai e cammina spedita, come se scappasse, sempre. Sorride e china il capo.

Accetta con grande dignità i vestiti dismessi per spedirli a casa, alle donne della sua famiglia.

" Non c'è vergogna nella gratitudine"

Tanya non conosce stanchezza, è una parola che non pronuncia, che non si può permettere.

"Ho preso un impegno, e gli impegni si mantengono." Di nuovo sorride e china il capo.

Non ha tempo per l'amore, si basta da sola. Prima di essere figlia della fame è figlia dei nostri tempi, agogna quelle opportunità di modernità che noi diamo tanto per scontate.

"Non sprecarti" mi dice. Questa volta sono io a chinare il capo e a sorridere. Riso amaro.

Tanya sa di essere doppiamente svantaggiata. E' una donna ed è immigrata. Stigmatizzata, stereotipata e ricattabile. Siamo bravissimi a disegualiare le disegualianze. E' fortemente consapevole di vivere in un paese in crisi non solo economica, ma sociale e morale. Conosce bene il modello culturale così insito in alcuni di noi per cui lo straniero spaventa e ruba il lavoro, ma è una donna caparbia Tanya. Non ha niente da dimostrare a nessuno se non a se stessa. Lei può farcela, può ritagliarsi un ruolo, uno spazio in questa città che ormai sente un po' come sua. Ha un'identità salda e spalle grandi ed è convinta che qui, insieme a me, insieme a voi sarà riconosciuta per quello che è. Una persona.

Ha la sua storia, ha la curiosità necessaria per arricchire il suo bagaglio culturale e la voglia di arricchire quella degli altri. Tanya ha fiducia in noi ed io ho fiducia in lei. La immagino prendersi le sue rivincite e dirmi, un giorno, che aveva ragione. La vedo dirmi che questo popolo è meglio di quello che si crede, che ha un cuore grande ed una fine intelligenza perché la sua battaglia è anche la nostra, perché un'immigrata maltrattata è una donna maltrattata e una donna maltrattata è un tassello in meno nel grande lavoro dell' umanità per essere migliore.

In questa donna che ogni giorno allarga le braccia per dire al mondo che quello spazio è il suo spazio, ma se chiedi permesso è anche un po' il tuo, io vedo l'alba di un giorno migliore. Non perfetto, quello no, ma più felice per tutti, più amabile e più rispettoso.

Chiediamo il permesso e diamoci un'opportunità, nella speranza che queste storie di disperazione diventino storie d'amore. Tanya non si arrende ad un mondo guidato dall' odio ed incline segregazione, lei vuole i fiori, il sole e, da buona partenopea, la pizza.

E tu?

Fonte: <http://www.napolitan.it/2014/10/30/3976/fratelli-ditalia/donne-immigrazione-storia-tanya/> - 30.10.2014

Títulos da Resenha Migrações na Atualidade

1. BRASIGUAIOS
2. EMIGRAR - Opção ou necessidade
3. OS EXPULSOS DA TERRA
4. MIGRAÇÕES E TRABALHO
5. LEIS E MIGRAÇÃO
6. MIGRAÇÕES NORDESTINAS
7. JOVENS MIGRANTES
8. MIGRAÇÕES INTERNAS: Aspectos vários
9. DESEMPREGO
10. VÍTIMAS DO RACISMO
11. MORADIA: Direito de todos
12. FAVELAS: Migração da dignidade humana
13. FOME E MISÉRIA
14. LATINO - AMERICANOS EM MIGRAÇÃO
15. A FAMÍLIA
16. TRABALHO ESCRAVO
17. SOS: Pequenos sem lar
18. REFUGIADOS
19. EXCLUÍDOS - Um clamor à justiça e a solidariedade
20. MULHER MIGRANTE - Solidariedade e acolhida
21. SEM – TERRAS
22. DIREITOS HUMANOS - Violação e defesa
23. TERRA E MIGRAÇÃO
24. MIGRANTES EM SITUAÇÃO IRREGULAR
25. CRIANÇAS, ADOLESCENTES E TRABALHO
26. CF /97 E AS MIGRAÇÕES
27. MIGRANTES E AS RELAÇÕES DE TRABALHO
28. VIOLÊNCIA CONTRA MIGRANTES.
29. PELA DIGNIDADE DO MIGRANTE
30. DESEMPREGO EM ALTA
31. EDUCAR É PRECISO
32. SECA AUMENTA O VAIVÉM DE MIGRANTES
33. ANISTIA A ESTRANGEIROS EM SITUAÇÃO ILEGAL
34. SEM TRABALHO... por quê?
35. DESAFIOS DA MIGRAÇÃO frente ao novo milênio
36. O MIGRANTE É VÍTIMA!
37. REFUGIADOS: desafio à solidariedade
38. DIGNIDADE HUMANA E PAZ - CF/2000
39. XENOFOBIA
40. TRÁFICO HUMANO - a escravidão moderna
41. CRIANÇAS E ADOLESCENTES na armadilha da globalização
42. DROGAS, uma ameaça à VIDA.
43. MULHERES: Protagonistas ou excluídas?
44. MIGRANTES e Conflitos armados
45. RETRATO SOCIAL dos MIGRANTES.
46. POVOS INDÍGENAS, resgate de uma civilização.
47. ALIMENTAÇÃO é um direito humano. Por que tanta fome?
48. IMIGRANTE: rejeitado, mas indispensável!
49. ÁGUA: fonte de segurança alimentar.
50. PESSOAS IDOSAS: dignidade e esperança.
51. A MERCANTILIZAÇÃO DO SER HUMANO
52. EMIGRAÇÃO: As lutas de brasileiros e brasileiras no exterior.
53. DISCRIMINAÇÕES: o ser humano ferido.
54. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: rumos e desafios.
55. MIGRAÇÕES: culturas e integração.
56. REFUGIADOS: novos desafios na conjuntura atual.
57. TRÁFICO DE SERES HUMANOS: negação da dignidade.
58. MIGRAÇÕES: leis insuficientes e políticas migratórias discriminatórias.
59. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO.
60. XENOFOBIA: o migrante como ameaça. Por quê?
61. RELIGIÕES: força e fragilidade dos migrantes
62. MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: novos fluxos e políticas seletivas
63. POBREZA produz migração. Migração contrasta a pobreza?
64. CAMINHOS E DESCAMINHOS DA INTEGRAÇÃO
65. POVOS EM FUGA: os/as deslocados/as
66. CRIMINALIZAÇÃO DOS MIGRANTES E VIOLÊNCIA NO CONTEXTO MIGRATÓRIO: desafios
67. MIGRAÇÕES E TRABALHO: valorizar a contribuição e erradicar a exploração
68. MIGRAÇÕES E CULTURA: como superar a discriminação?
69. MIGRAÇÕES E REFÚGIO: a ambigüidade das estratégias de proteção
70. LEIS E POLÍTICAS MIGRATÓRIAS: direito a ter direitos
71. MIGRAÇÕES E DESENVOLVIMENTO: qual o papel das remessas?
72. O PAPEL PROFÉTICO DAS RELIGIÕES junto aos migrantes
73. TRÁFICO DE PESSOAS: quais são as estratégias de combate?
74. CIDADE: lugar de encontro ou exclusão?
75. SER MIGRANTE EM TEMPOS DE CRISE
76. ENTRE ASSIMILAÇÃO e INTEGRAÇÃO
77. MUDANÇAS CLIMÁTICAS e REFUGIADOS AMBIENTAIS
78. AS MIGRAÇÕES GERAM VIOLÊNCIA OU REAÇÕES VIOLENTAS?
79. TRABALHADORES MIGRANTES: indispensáveis, mas sem direitos
80. XENOFOBIA: a nova face da exclusão
81. MULHERES REFUGIADAS
82. RELIGIÃO: fator de integração dos migrantes?
83. Os rumos do TRÁFICO DE SERES HUMANOS
84. MIGRAÇÃO DE RETORNO e crise: sonho frustrado?
85. Os desafios da MIGRAÇÃO FEMININA
86. As RELIGIÕES diante dos desafios das MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS
87. TRÁFICO DE PESSOAS: é possível combater?
88. Novos FLUXOS MIGRATÓRIOS: uma nova questão social
89. MULHERES MIGRANTES: protagonismo e vulnerabilidades
90. A RELIGIÃO como meio de assistência, integração e emancipação dos migrantes.
91. TRÁFICO DE PESSOAS: entre o discurso e a realidade.
92. A "Globalização da indiferença" e a CRIMINALIZAÇÃO DAS MIGRAÇÕES
93. As MULHERES no contexto das políticas migratórias
94. As RELIGIÕES a serviço da dignidade dos migrantes
95. TRÁFICO DE PESSOAS: O ser humano está à venda?
96. Por uma compreensão mais ampla das MIGRAÇÕES FORÇADAS
97. MULHERES MIGRANTES: entre fronteiras físicas e sociais.